

# Parte I

## CONTEXTO LITERÁRIO E HISTÓRICO

### 1. Contexto Literário

#### 1.1 *Historia Augusta*

Esta obra de continuação de Suetónio, datada do século IV, tinha como título original *Vitae diuersorum principum et tyrannorum*. O objectivo era definir uma colectânea de manuscritos biográficos, mas Issac Causaubon, em 1603, editou-a com o título *Scriptores Historiae Augustae*, sendo normalmente designada por *Historia Augusta*. Estes *Scriptores* têm os seguintes nomes: Élio Esparciano, Júlio Capitolino, Volcácio Galicano, Élio Lamprídio, Trebélío Polião e Flávio Vopisco<sup>1</sup>. Enquanto Tácito escreve *Agricola* de uma forma biográfica, seguindo a escola peripatética, Suetónio marca a biografia de nascimento exclusivamente latina, concedendo viabilidades para que o trabalho fosse continuado pelos *Scriptores Historiae Augustae*<sup>2</sup>.

Seguiu-se o mérito suetoniano de conceder à Roma antiga e aos seus imperadores uma existência marcante, ainda que alguns pontos vivenciais pareçam suspeitos. Ao leitor cabe a aprendizagem dos factos como se fossem reais, impulsionado pela curiosidade, o componente fluente da leitura. Veja-se, contudo, que os exemplos apresentados não têm o objectivo único de deleitar; pretende-se também acender afirmativamente a indignação ou a empatia. Verifica-se uma generalização constante, que transforma o pontual em essencial, e uma gradação contínua, que permite uma progressão dos factos conduzindo as emoções do leitor a um fim determinado<sup>3</sup>.

A generalização é, assim, uma prática interna de Suetónio com o intuito de acentuar a importância de um acto isolado, deixando um juízo específico sobre um certo imperador. Entende-se, então, como o autor organiza o seu material histórico: não está preso a factos históricos, mas utiliza-os ao serviço da mensagem e da imagem do carácter de cada imperador que quer ilustrar. Potencia os mesmos do particular (*factum*)

---

<sup>1</sup> Citroni, M. & outros, *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, 2006, 1113.

<sup>2</sup> Hadas, M., *A History of Latin Literature*, New York/London, 1964, 330-331.

<sup>3</sup> Baldwin, B., *Suetonius*, Amsterdam, 1983, 156; Brandão, J. L., *Máscaras dos Césares – teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*, Coimbra, 2009, 71-83; Gasco, J., *Suétone historien*, Paris, 1984, 689-706.

para o geral (*mos*), pois qualquer acto, por mais ocasional que seja, é sempre uma exteriorização da essência do indivíduo, o que faz com que a narrativa tenha um maior *pathos*. Suetónio também não tem o intento de realizar uma narração cronológica, preferindo o processo de acumulação progressiva, ou seja, uma progressão em crescendo. Esta gradação é significativa na exposição dos vícios dos Césares, pois os bons imperadores são apresentados em clímax e os maus em anticlímax. Desta forma, nada é agrupado ao acaso, mas preparado de maneira a proporcionar uma maior reacção no leitor, salientando-se ainda a impressão que Suetónio quer transmitir sobre o imperador em questão – tal como na *Historia Augusta*, sacrifica-se a ordem cronológica em função da ordem crescente de intensidade e escândalo<sup>4</sup>.

Ao perceber os sistemas internos da escrita suetoniana, é possível entender a intenção avançada da mensagem dos escritores da *Historia Augusta*. Estas estruturas internas profundas verificam-se num jogo de antinomia de virtudes-vícios. Na presente dissertação, tem-se o estudo deste contraste antinómico com Marco Aurélio e Cómodo. As virtudes ou os vícios não são distribuídos ao acaso pelos imperadores. Estes têm posições determinadas em pontos que são sempre presentes, isto é, as categorias: família, nascimento, chegada ao poder e carreira do príncipe. A descrição dos feitos não é feita, todavia, com critérios cronológicos, mas acima de tudo com traços éticos na ilustração dos vícios e virtudes<sup>5</sup>. Não consegue fugir-se, todavia, à tentação de criar uma impressão conjunta de traços comuns de uma imagem luminosa ou negra do imperador referente<sup>6</sup>.

A *humanitas* dos *optimi* opõe-se, com marcas específicas, à *inhumanitas* dos *monstra*<sup>7</sup>. A capacidade de governar dos primeiros contrapõe-se à incapacidade dos outros. À vida privada normal, que mantêm os príncipes bondosos, confronta-se a vida privada obscura e duvidosa dos príncipes maléficos. Estabelecem-se, acima de tudo, as conclusões e antinomias que pressupõem o carácter mais ou menos expresso da vida privada do imperador em questão, esse mesmo carácter manifesto também nitidamente, mas não exclusivamente, na vida pública. A eclosão dos valores humanos, ao mesmo nível que a sua alienação, não comporta unicamente os *mores*, mas também o *fatum* da

---

<sup>4</sup> Baldwin, B., *Suetonius*, Amsterdam, 1983, 256-257; Gascou, J., *Suétone historien*, Paris, 1984, 450-456; Towend, G. B., «Suetonius and his influence» in *Latin Biography*, London, 1967, 87.

<sup>5</sup> Brandão, J. L., *Máscaras dos Césares – teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*, Coimbra, 2009, 211.

<sup>6</sup> Cizek, E., *Structures et Idéologie dans «Les Viés des Douze Césars» de Suétone*, Paris, 1977, 106-107.

<sup>7</sup> Conceitos típicos e associados por Suetónio.

personagem história em si (que nos príncipes maus, por exemplo, é sempre obscuro e trágico)<sup>8</sup>.

A *Historia Augusta* ganha o seu cunho pessoal com a introdução de outros elementos no esquema de categoria, com a seguinte ordem: família; nascimento e presságios inerentes; carácter; vida anterior à governação; acções no decorrer do principado; morte e presságios que a antecedem; retrato global e as honras *post mortem*. Em quase todas as biografias da colectânea é comum a ausência de um pano do fundo histórico, ou seja, mantém-se a apresentação do rol de virtudes-vícios através de um gosto marcadamente anedótico e intriguista. A fantasia do leitor anda entre estes vícios e virtudes explorando os factos com os respectivos contrapontos<sup>9</sup>.

A biografia de Antonino Pio é a que se assemelha mais ao modelo suetoniano porque apresenta muito poucas inserções. Tal como a de Lúcio Vero, Pertinaz e Dido Juliano, tendo os dois últimos carreiras proveitosas para esta forma de construção biográfica. A *uita* de Pio cai naturalmente nas seguintes divisões: ancestralidade (SHA, *Pius*, I, 1-7); vida anterior à subida ao poder (SHA, *Pius*, I, 8 – V, 2); política e acontecimentos do seu principado (SHA, *Pius*, V, 3 – VII, 4); traços pessoais (SHA, *Pius*, VII, 5 – XII, 3); morte (SHA, *Pius*, XII, 4-9); aparência pessoal (SHA, *Pius*, XIII, 1-2); e honras *post mortem* (SHA, *Pius*, XIII, 3-4). Cada biografia é comprimida ou desenvolvida conforme a importância que se quer dar aos acontecimentos narrados ou ao material histórico disponível, fazendo com que, por vezes, o essencial da composição seja omitido com elaboração de um tópico particular em extensão inapropriada. Assim, como exemplo, a menção ao culto religioso peculiar de Cómodo (inserido na categoria das *religiones*) não é mais que uma lista longa e pormenorizada ao extremo de actos cruéis<sup>10</sup>.

Tal como em Suetónio, as *uitae*, por meios retóricos, são constituídas por *gradatio* ou clímax, que termina na morte, um momento de plenitude do biografado na revelação do *ethos*. O final da vida surge como um instante que acumula a tensão de tudo o que se passou para depois ser restabelecido o equilíbrio e a ordem. Este momento derradeiro é reflexo de todo o *pathos* que o leitor se apercebe, escolhendo compreender a morte como um castigo, um fim digno, uma injustiça ou um crime expiatório<sup>11</sup>. Esta procura de fins dramáticos junta-se à catarse do leitor, incutindo um sentimento de

<sup>8</sup> Cizek, E., *Structures et Idéologie dans «Les Viés des Douze Césars» de Suétone*, Paris, 1977, 154-155.

<sup>9</sup> Citroni, M. & outros, *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, 2006, 1113-1115.

<sup>10</sup> SHA, *Com.*, IX, 6 – XI, 7.

<sup>11</sup> Baldwin, B., *Suetonius*, Amsterdam, 1983, 488-491.

justiça. Por variadas vezes, contudo, não existe uma explicação racional para os acontecimentos, pois o destino é um pesado fardo. Cria-se uma autêntica *mise en scène* com dramatismo, relevo e movimento. A biografia é capaz de recriar verdadeiras cenas dramáticas, pois, ao focar-se somente numa personagem, consegue ser executada uma progressão orientada até se tornar um protagonista trágico<sup>12</sup>.

O autor da *Historia Augusta*, não se contentando com a inclusão de divisões específicos nas características pessoais de cada imperador, nas quais são enumerados seus os defeitos e as suas qualidades, dedica secções alargadas para a elaboração dos pormenores das vidas privadas, particularmente antes de se alcançar o poder<sup>13</sup>. Para esta especificação mais privada e pessoal não existia tanto material histórico do que para a narração dos acontecimentos públicos. As carreiras dos imperadores de curta-duração ou usurpadores tinham pouco interesse público e, conseqüentemente, as suas biografias só podiam ser compostas com muitas anedotas triviais. Na verdade, uma comparação entre uma *uita* maior e sua correspondente menor mostra que o segundo caso contém menos material histórico que o primeiro tipo. O resto é composto de aumentos, anedotas, discursos, cartas e composições poéticas, demonstrando também as técnicas retóricas e os embelezamentos literários do próprio autor<sup>14</sup>.

Certamente, muitos documentos citados são falsificações. Não se esqueça, porém, das intervenções de L. Mário Máximo Perpétuo Aureliano, homem de vida pública em proeminência no final do século II e princípio do III; e de Cordo, uma figura credível supondo-se que se tratava de um escritor especialista em conversas vulgares ou mexericos, e que estava atento ao passado em vez de cuidar das notoriedades do presente<sup>15</sup>. Neste sentido, pode ter existido a utilização do valor de Mário Máximo como autor de fundo para *Historia Augusta*, mas a fonte base teve de ser, em primeira instância, sóbria e factual. Máximo oferece uma maior ambição para fornecer a informação aos biógrafos dos príncipes ou pretendentes, numa variedade das suas intenções, culminando numa paródia gloriosa de arte e ciência biográfica. Este facto

---

<sup>12</sup> Brandão, J. L., *Máscaras dos Césares – teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*, Coimbra, 2009, 84-91.

<sup>13</sup> No caso de exemplo de Antonino Pio: *libertas et clementia* (SHA, *Pius*, VIII, 5 – IX, 5); *auctoritas* (SHA, *Pius*, IX, 6-10); *pietas* (SHA, *Pius*, X, 1-5); *liberalitas* (SHA, *Pius*, X, 6-9); e *ciuilitas* (SHA, *Pius*, XI)

<sup>14</sup> Magie, D., *Historia Augusta, Vol. I – Introduction*, Cambridge/London, 2006, 15-17.

<sup>15</sup> Rose, H. J., *A Handbook of Latin Literature*, London, 1961, 514-515.

fortalece a teoria de *Ignotus*, um autor de fonte-base para ambos, existindo pontos de concordância de estrutura<sup>16</sup>.

Mário Máximo retalhou a «história secreta» da dinastia Antonina, o seu declínio e a sua queda, até Heliogábalo que foi o último governante a utilizar o nome *Antoninus*. O postulado do *Ignotus* toca em várias relações de comparação entre Mário Máximo, Díon Cássio, Herodiano e *Historia Augusta*. Surge, todavia, uma questão: quantas operações ocorrem no processo de compilação e qual foi o intervalo entre essas operações para estas *Vitae* terem alcançado a sua presente condição? A vida de Antonino Pio pode novamente oferecer um guia<sup>17</sup>.

Existe uma grande discussão em torno dos presumíveis autores da *Historia Augusta*, mas acredita-se actualmente na hipótese da autoria ser atribuída a um único autor, essencialmente um autor anónimo devido às fortes dúvidas em torno da autenticidade de cada uma das atribuições de criação e do próprio conjunto da obra. Esta obra dos séculos IV-V é escrita por um só criador que forjou nomes e documentos<sup>18</sup>. Verifica-se sobretudo uma intenção unitária ou a tentativa de um fio condutor coerente no sentido de criar um programa comum: falar de imperadores, usurpadores e também dos Césares que não chegaram a assumir o poder efectivo. Trata-se, então, de uma obra realizada autonomamente por este homem ou será uma reelaboração de materiais biográficos preexistentes? As contradições internas e os diferentes estilos apresentados, com a utilização de alguns materiais biográficos já existentes, comprovam a teoria de um autor único, o qual compilou e reorganizou também trabalhos de outros autores semelhantes<sup>19</sup>. No processo de compilação, pode ter também existido um assistente ou um secretário que tenha tido a função de encontrar todo o tipo de informação. Estas *Vitae* foram subordinadas ao interesse e desígnio de um só autor, mantendo-se ele mesmo reservado ao que fazia de melhor, ao seu talento, à sua ficção<sup>20</sup>.

Saliente-se também as semelhanças historiográficas entre a *Historia Augusta* e Eutrópio ou Aurélio Victor<sup>21</sup>, pois todos podem ter ido beber material histórico a uma

---

<sup>16</sup> Cizek, E., *Structures et Idéologie dans «Les Viés des Douze Césars» de Suétone*, Paris, 1977, 18-198

<sup>17</sup> Syme, R., «Not Marius Maximus» in *Roman Papers II*, Oxford, 1979, 650-658.

<sup>18</sup> Oliver, J. H., «Literarische Beziehungen zwischen Cassius Dio, Herodian und der *Historia Augusta*» *AJPh* 95-2, 1974, 179-180.

<sup>19</sup> Citroni, M. & outros, *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, 2006, 1114-1116.

<sup>20</sup> Syme, R., «Not Marius Maximus» in *Roman Papers II*, Oxford, 1979, 650-658.

<sup>21</sup> SHA, Sev., XVIII-XIX: idêntico a Aurélio Victor (*De Caes.*, XX). Rudolph, P., *The Historia Augusta, Septimius Severus and Roman Britain: a Select Commentary of the «Vita Severi»*, Michigan, 1977, 113-119.

história extensiva do Império, hoje em dia perdida, a qual é habitualmente designada por *Crónica Imperial*<sup>22</sup>.

O plano de abranger na *Historia Augusta* não só os *Augusti* mas também os *Caesares* e *Tyranni* resultou numa tripla série de biografias. À vida de um imperador governante estão anexadas as vidas de possíveis sucessores, de co-imperadores ou rivais. Em cada caso, a *uita* menor fixa-se numa relação próxima à maior e, em várias instâncias ou excertos, parece que foram transcritas pessoalmente da biografia do *Augustus* para o *Caesar* ou *Tyrannus*.

A *Historia Augusta* leva ao extremo a tentativa de encontrar pretextos, medidas e causas para os acontecimentos, acabando por efabulá-los. O objectivo prende-se com a capacidade de tentar julgar em profundidade os fenómenos históricos, mesmo que não fossem os pontos fulcrais da investigação, reconhecendo certos movimentos históricos de maior dimensão e importância. Pretende-se aplicar, desta forma, os esquemas de teoria histórica simultaneamente polibiana e de forte cariz judicioso. Note-se que esta é somente a finalidade inicial. A biografia desta época histórica comporta também as influências da crescente helenização do Império, da diminuição do prestígio tradicional das ordens privilegiadas e, por vezes, da preocupação com os pequenos grupos sociais ou soldados (habituaados a estarem inseridos em vectores profissionais ou macro-grupos)<sup>23</sup>.

Os autores e o público adoravam, de facto, o anedótico, o picante, como fuga ao trivial, pois até um pormenor inédito ou estranho podia ser susceptível ao interesse dos eruditos. Os Romanos procuraram o pitoresco e o sensacionalismo, e os escritores da *Historia Augusta* souberam ouvir os gostos do seu público-alvo<sup>24</sup>. Verifica-se diante do leitor a transformação do banal em extraordinário, com uma eloquência poética ou um mero desejo de querer escrever o bizarro, o inédito e o apimentado, numa correspondência humana ou política, ou as duas em conjunto. Utiliza a *curiositas* como tendência humorística através de anedotas de aberrações sexuais ou crueldades dos imperadores, que servem efectivamente o propósito burlesco. Por consequência, os pormenores pictóricos respondem à curiosidade dos leitores e traduzem um espírito de precisão, minúcia e carácter escrupuloso dos biógrafos. Talvez a presença dos supostos

---

<sup>22</sup> Magie, D., *Historia Augusta, Vol. I – Introduction*, Cambridge/London, 2006, 19-22.

<sup>23</sup> Bayet, J., *Littérature Latine*, Paris, 1965, 416-418.

<sup>24</sup> Um pouco como hoje em dia alguns telejornais, programas de televisão e tiragens de determinados jornais e revistas atingem números elevados.

autores da *Historia Augusta* em cargos e instituições do estado possa ter ajudado à aplicação desta dinâmica<sup>25</sup>.

Esta forma de cativar o leitor através de boatos tinha já sido utilizada por Suetónio, existindo a percepção de que Roma se tornava ainda mais viva com estes artifícios. Rumores e anedotas podem ser também falsidades no caso suetoniano, mas se circulavam por Roma eram, por isso, reais e contribuintes para elaborar o ambiente social romano. O público da Antiguidade, como hoje em dia, estava sempre sedento de uma boa intriga sobre personalidades públicas. Quanto mais sombrios e excessivos fossem os imperadores, mais espinhosos eram os rumores que circulavam, sobretudo dentro do meio senatorial<sup>26</sup>. É claro que a efabulação de carácter sexual entrava na repreensão política, e muitos rumores nasciam da crueldade e excentricidade dos imperadores, reflectindo o temor generalizado durante o domínio de tiranos. Percebe-se logo com Suetónio que o povo preferia uma boa história à verdade histórica, isto é, o sempre presente gosto pelo romanesco<sup>27</sup>.

Tanto Suetónio como a *Historia Augusta* tinham a consciência de que este tipo de histórias, relacionado com alguns traços dos imperadores, teria um valor ético. Uma leitura absorta nesta maledicência transforma, diante do público romano, o imperador num actor. Os rumores conduzem o leitor a acentuar determinados vícios ou atenuar defeitos específicos. Os autores cedem ao gosto pelo extremismo, próprio de todas as sociedades, criando um ambiente dramático de terror, suspeição e insegurança, que conduzem o protagonista à catástrofe por meio das revelações e incertezas<sup>28</sup>.

Cativa-se também o leitor através do riso, algo que Suetónio realiza com mestria, seguida depois pela *Historia Augusta*, em comentários e factos humorísticos. Todos os elementos que tenham o *topos* da vida sexual convidam a um registo de cómico obscuro, existindo também a via do cómico farsesco, no seu todo, proporcionando juízos morais de *ridendo castigat mores*<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> Cizek, E., *Structures et Idéologie dans «Les Viés des Douze Césars» de Suétone*, Paris, 1977, 35-44.

<sup>26</sup> Brandão, J. L., *Máscaras dos Césares – teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*, Coimbra, 2009, 73; Della Corte, F., *Svetonio eques Romanus*, Firenze, 1967, 157; Gascou, J., *Suétone historien*, Paris, 339.

<sup>27</sup> Baldwin, B., «Polyphagus. Glutton or crocodile?» *AJPh* 98, 1977, 406-409; Littman, R. J., «The meaning of “polyphagus”» *AJPh* 97, 1976, 369.

<sup>28</sup> Brandão, J. L., «Rumores e escândalos nas “Vidas dos Césares” de Suetónio» in *De Augusto a Adriano. Actas de Colóquio de Literatura Latina*, Lisboa, 2002, 331-339; Brugnoli, G., «La rappresentazione della storia nella tradizione biografica romana» in *Il protagonismo nella storiografia classica*, Genova, 1987, 46.

<sup>29</sup> Baldwin, B., *Suetonius*, Amsterdam, 1983, 511-513; Brandão, J. L., *Máscaras dos Césares – teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*, Coimbra, 2009; 76-81.

Existe, sem dúvida, um elevado nível de imparcialidade informativa. Ou será que, por vezes, se verifica um silêncio como sinónimo de desaprovação e/ou desprezo sobre os assuntos oficiais e burocráticos? O redactor da *Historia Augusta* propôs-se a escrever história, mas mostrou muito pouco interesse sobre os assuntos de cargos civis e militares ou de Direito em geral. Ficou-se pelo exotismo e pelo artístico com base numa cultura escolar simples<sup>30</sup>.

Considerar a *Historia Augusta* uma simples obra literária é menosprezar as informações conjuntas dos imperadores e usurpadores (mesmo que falsos ou verdadeiros), onde o essencial e o trivial são também fornecidos simultaneamente. Para ler esta obra, é válido, então, criar um método baseado na leitura e comparação de outros textos contemporâneos, que têm forma similar mas diferente função? Será que não pode ser afastada da definição de escrita histórica de Tácito ou da definição de biografia de Suetónio? Os bons imperadores, como Marco Aurélio, continuarão a ser sempre bons. Os maus imperadores, como Cómodo, continuarão a ser sempre maus. E os imperadores amenos, como Adriano, continuarão a ser sempre amenos. O autor da *Historia Augusta* não quer subverter a História Romana, mas acaba por definir muito mais a mentalidade romana da sua época ao reconstruir a história passada. Os pormenores da História de Roma acabam por ser «hiper-romanos», formulando, assim, particularidades «sensacionalistas» que conseguem elevar o trivial ao essencial. Os argumentos contraditórios e as peculiaridades sem relação são os alvos do criticismo moderno, o qual surge da distinção entre a escrita analista e a escrita formalista. A *Historia Augusta* nasce num período de transição – do paganismo ao cristianismo, da segurança à desordem, do cosmopolitismo ao provincial – onde estas as mudanças podem ter influência no seu estilo<sup>31</sup>.

Interessa agora averiguar os vários propósitos e objectivos da *Historia Augusta*, inserida no seu respectivo contexto histórico. Existem duas tendências distintas em função do próprio intuito: uma afirmada reacção anti-cristã e uma promoção da aristocracia senatorial contra o ambiente da corte imperial<sup>32</sup>.

O termo *curiositas* deve ser visto como uma forma de procura pormenorizada para alcançar uma herança cultural. Este espírito de curiosidade junta Suetónio e a *Historia Augusta* no mesmo estilo, mas a colectânea de biografias quer ir mais além das

---

<sup>30</sup> Citroni, M. & outros, *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, 2006, 1114-1115.

<sup>31</sup> Meckler, M. L., *Caracalla and his Late-Antique Biographer: a Historical Commentary on the «Vita Caracalli» in the «Historia Augusta»*, Michigan, 1994, viii-xii.

<sup>32</sup> Straub, J., *Heidnische Geschichtsapologetik in der christlichen Spätantike*, Bonn, 1963.



vidas dos individuais dos imperadores e usurpadores, pois o seu propósito fundamental é preservar a história cultural de Roma. Pondere-se, então, que esta história cultural não obriga a uma narrativa efectivamente cronológica, ou seja, não se foca nas ideias, mas nas coisas, e não se interessa pelo geral, mas sim pelo particular<sup>33</sup>. Os conceitos recentes de história social, história das ideias e, até, de história cultural devem ser distinguidos do antiquarismo ou história cultural da *Historia Augusta*<sup>34</sup>.

O termo *curiositas* levanta muita polémica, pois, para o homem da Antiguidade, relaciona-se com a identidade cultural na tentativa de ressuscitar o passado para o presente. A *Historia Augusta* tenta construir a identidade Romana reconstruindo a própria história de Roma (elemento em questão neste estudo, ou seja, certas imagens políticas historiograficamente criadas); e pode reparar-se que os temas da legitimidade e curiosidade são bons pontos de partida para questionar a escrita do autor ou autores. Para realizar o seu projecto, a *Historia Augusta* agarra em marcas literárias da escrita histórica – citação de textos, aglomeração de detalhes, introduções autoritárias na narrativa – e manipula essas mesmas marcas em excesso para criar um trabalho próprio com um cunho de hiper-autenticidade. O que torna a *Historia Augusta* tão fascinante e, ao mesmo tempo, tão preocupante, é o facto da sua história poder não ter qualquer base real. Algumas vidas parecem ser bem históricas e, simultaneamente, bem providenciadas de um trabalho imaginativo. Com esta tese, o leitor é conduzido a questionar-se sobre a autenticidade das primeiras biografias afastando-se da sua suposta validade. Não se diz que todos os episódios descritos são fruto da imaginação dos biógrafos, verifica-se, então, qual o motivo ou intenção que levou os autores a criá-los. A partir da *Historia Augusta*, consegue perceber-se como é que Roma teve os seus líderes, o papel da ambição e do destino dos mesmos, a curiosidade intelectual baseada no intelecto dos imperadores, a identidade cultural da época em questão, e o controlo ou abuso do poder por parte destes homens<sup>35</sup>.

O fim do século IV e os princípios do século V comportam um renascimento do antiquarismo, expresso na *Historia Augusta* através do gosto e preocupação em preservar a história cultural. Já Suetónio tinha tratado não só a história política, mas também, em essência, a história cultural<sup>36</sup>. Passa depois a ser uma defesa acérrima da

---

<sup>33</sup> Joly, R., «Curiositas» *AC* 30, 1961, 33-44; Syme, Ronald, «Controversy Abating and Credulity Curbed» in *Roman Papers I*, Clarendon Press, Oxford, 1983, 221.

<sup>34</sup> Fornara, C. W., *The Nature of History in Ancient Greece and Rome*, Berkeley, 1983, 187.

<sup>35</sup> Meckler, M., «The Beginning of the “Historia Augusta”» *Historia* 45-3, 1996, 364-375.

<sup>36</sup> Brandão, J. L., *Máscaras dos Césares – teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*, Coimbra, 2009, 72.

herança cultural de Roma, pois os pormenores dos costumes, práticas comuns e governação romanas estavam a perder a sua primazia na nova ordem histórica com o avanço do cristianismo. O estudo do passado humano estava a ser denegrado, pois aprender os feitos de outrem não era visto como um objectivo primordial. Para aqueles que subscreviam as prioridades intelectuais antigas, o seu revisionismo era, por vezes, difícil de manter. O que era culturalmente aceite não conseguia compreender a atracção do revisionismo, e os tradicionalistas consideravam as novas ideologias uma droga porque destorciam as mentes dos mais novos e as suas percepções do mundo<sup>37</sup>.

Neste sentido, a *Historia Augusta* providencia uma reacção razoável à nova ordem histórica, sendo essencialmente uma obra historiográfica. Preservar a herança cultural de Roma não é, todavia, o seu único intuito, pois as suas biografias conseguem ser também documentos histórico-políticos para interpretar o papel do imperador à frente do governo romano<sup>38</sup>. Provavelmente, a temática mais importante nesta obra prende-se com a noção que os usurpadores também merecem uma biografia tal como os imperadores. Ao tratar estes homens em equivalência, o autor confunde, porém, a noção de legitimidade de governação. Desta forma, passa a ideia que um usurpador é tão legítimo como um imperador, pois se o primeiro derrotar o segundo, consegue legitimar-se<sup>39</sup>.

A legitimidade é outro assunto importante e essencial para o autor da *Historia Augusta*, pois reconhece que os imperadores legítimos nem sempre eram os melhores e que a legitimidade é mais uma função de sobrevivência do que uma responsabilidade governamental. Os usurpadores constituem, assim, uma melhor via para poder tratar a forma de governar o Império<sup>40</sup>. A inclusão destes homens sedentos de poder pode também fazer parte do estilo da *Historia Augusta*, da mesma forma que a obra contém um número de documentos e deambulações narrativas irrelevantes. Quando a história é sobrecarregada com pormenores, suscita-se o motivo para o leitor determinar e escolher o que é mais importante, isto é, o leitor tem a possibilidade de reescrever a história<sup>41</sup>.

A *Historia Augusta* tem outro ponto onde concentra críticas: os imperadores jovens, tal como se verá com Cómodo na presente dissertação. O autor não concebe a possibilidade de uma criança poder ser capaz de governar o Império, estando estes

---

<sup>37</sup> Momigliano, A., *The Classical Foundations of Modern Historiography*, Berkeley, 1990, 54-79.

<sup>38</sup> Cameron, A., «Paganism and Literature in late fourth century of Rome» in *Cristianismo et Formes Littéraires de l'Antiquité tardive en Occident*, Geneve, 1977, 1-30.

<sup>39</sup> Momigliano, A., *Essays in Ancient and Modern Historiography*, Oxford, 1977, 145-147.

<sup>40</sup> Straub, J., *Heidnische Geschichtsapologetik in der christlichen Spätantike*, Bonn, 1963, 183-193.

<sup>41</sup> Barthes, R., *La Chambre Claire*, Paris, 1980.

menores de idade sempre sujeitos ao controlo de conselheiros adultos, os quais podiam ser uma influência positiva ou negativa perturbante da calma interna do sistema governativo<sup>42</sup>.

As preocupações políticas da *Historia Augusta* – no âmbito da legitimidade de um imperador ou usurpador, da idade do governante e da inactividade ou compromissos externos de governação – podem ser o reflexo dos anos tumultuosos dos finais do século IV e princípio do século V. Ainda assim, a natureza desta obra mantém-se predominantemente calma e canónica perante as erupções militares, políticas e religiosas do seu tempo, pois o autor consegue construir um mundo sereno de pseudónimos eruditos e curiosidade intelectual<sup>43</sup>. É, portanto, um mundo que carrega tradições intelectuais e aristocráticas, colocando a historiografia latina do seu tempo num plano confortável. Estas biografias compostas continuam a fascinar os especialistas actuais porque haverá crescentemente pontos a burilar<sup>44</sup>.

O valor histórico-literário da *Historia Augusta* sofre de uma forma abismal devido ao seu método de composição. O autor fez o tratamento das categorias do material histórico, mas seguiu os princípios aceites da arte de biografar como prática da Antiguidade. O resultado obtido é muitas vezes descrito como monstruosidades ou deformidades histórico-literárias<sup>45</sup>. Não existe um forte teor histórico, pois tudo gira em torno da curiosidade do próprio leitor e da falta de pormenores rigorosos e eruditos. Bem entendida, não passa de uma obra literária de anedotas e documentos sem personalidade, como se nascesse somente da introdução de frases tendenciosas e elementos falsos e sofísticos. Apesar destas críticas, é das poucas fontes que o historiador moderno tem ao seu dispor para o tempo em questão. Este mesmo historiador não pode utilizar, contudo, esta fonte sem grandes preocupações, pois é preciso definir que negatividades e benefícios foram atribuídos a um determinado imperador ou uma determinada dinastia<sup>46</sup>. Embora se verifiquem problemáticas incontornáveis, esta colectânea de biografias diferencia-se dos textos que são laconicamente informativos, constituindo uma obra ideal para um público

---

<sup>42</sup> Hartke, W., *Römische Kinderkaiser*, Berlin, 1951, 190-206.

<sup>43</sup> Merton, W., *Stellenbibliographie zur Historia Augusta*, Bonn, 1985/87.

<sup>44</sup> Meckler, M. L., *Caracalla and his Late-Antique Biographer: a Historical Commentary on the «Vita Caracalli» in the «Historia Augusta»*, Michigan, 1994, 36-54.

<sup>45</sup> Gudeman, A., *Historia de la Literatura Latina*, Barcelona, 1941, 249-264.

<sup>46</sup> Bayet, J., *Littérature Latine*, Paris, 1965, 420-421.

tradicionalista, pagão e mais interessado nas historietas picantes do nas glórias passadas da Urbe<sup>47</sup>.

## 1.2 Díon Cássio, o historiador-senador

É profícuo para a presente dissertação realizar correlacionar os quadros políticos e as formas historiográficas dos historiadores especialmente aqui tratados, tal como Gabba, Millar, Alföldy, Bleicken e De Bois fizeram<sup>48</sup>.

Díon Cássio é um historiador que escreve durante um tempo crítico, numa interiorização que, não obstante, tem que ser filtrada através da sua condição de senador activo, de ascendência grega. Compatibiliza os desempenhos políticos dos Severos com a sua escrita, ou a preparação da mesma, juntando também uma afinidade sofisticada, que permite medir a ideologia e a retórica na sua *Historia Romana*. Este autor antigo consegue conjugar a sua ideologia, retórica e o seu agrado e dependência em seguir as fontes prévias. É possível estabelecer fases ou etapas da sua obra segundo seu *cursus honorum*, o que justifica a interpretação do passado nas problemáticas, preocupações e acontecimentos do seu presente, ou seja, uma projecção operativa não só no sentido retrospectivo, mas também prospectivo<sup>49</sup>.

Um historiador metodológico como Díon Cássio pode facilmente ser julgado pelos críticos literários ao nível do estilo e linguagem de narrativa. Não se pode comparar ou aplicar o estilo de Díon Cássio ao moderno criticismo histórico, seria um solecismo. O exercício seria válido, contudo, se mostrasse os contrastes de métodos de composição e convenção que seguiu em vários tipos de narração pressupostos. Não se pode saber se o seu trabalho massivo satisfazia o gosto dos contemporâneos. A História estava em voga, como se sabe por Luciano, seguindo as regras da retórica e as linhas de estrutura de Tucídides. Desconhece-se, porém, como a sua obra foi «publicada» por completo, mas foi certamente trazida para o conhecimento cultural pelos Bizantinos. A

---

<sup>47</sup> Citroni, M. & outros, *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, 2006, 1116.

<sup>48</sup> Gabba, E., «Storici greci dell'impero romano da Augusto ai Severi» *RSI* 71, 1959, 361-381; Bleicken, J., «Der politische Standpunkt Dios gegenüber der Monarchie. Die Rede des Maecenas» *Hermes* 90, 1962, 444-467; Millar, F., *A Study of Cassius Dio*, New York, 1963/64; Alföldy, G., «The Crisis of the Third Century as Seen by Contemporaries» *GRBS* 15, 1974, 89-111; Blois, L. de, «The Third Century Crisis and the Greek Elite in the Roman Empire» *Historia* 30, 1984, 358-377.

<sup>49</sup> Reinhold, M., *From Republic to Principate. An Historical Commentary on Cassius Dio's Roman History*, Atlanta, 1988, 215-217; Gasco, F., *Sociedad y cultura en tiempos de los Severos*, Madrid, 1988.

sua *História Romana* é fruto de um trabalho coeso de estruturação e composição, exibindo os seus próprios conhecimentos e opiniões. Mesmo não sendo uma obra-prima, este autor merece atenção e respeito<sup>50</sup>.

A questão das perspectivas políticas e históricas de Dión Cássio não pode ser vista como uma mera definição de estar contra ou a favor, ou de desaprovar ou aprovar. É necessário, em primeiro lugar, perceber os termos das suas visões de desenvolvimento histórico, pois, como Políbio, interpretou os acontecimentos à luz da teoria política, e, como Tucídides, foi capaz de entender as bases económicas com as quais definiu as mudanças históricas. Dión Cássio, que viveu num período no qual a maior parte dos historiadores era preponderante a interpretar a mudança para o princípio do fim do Império, não deixou de introduzir, acima de tudo, esta ideia no seu pensamento ao longo dos diferentes tempos históricos<sup>51</sup>.

As noções dos acontecimentos que narrava devem ser entendidas além do seu texto, partindo dos excertos onde faz apreciações formais sobre as sucessivas constituições de Roma. Desta forma, existem vários passos que comentam situações e figuras históricas, com as respectivas generalizações políticas. São de tal forma juízos *ad hoc* que, de acordo com as bases interpretativas da História Antiga, a sua experiência política acaba por preenchê-los. Esta questão torna-se ainda mais presente por meio dos numerosos e longos discursos que insere no texto, que não só mostram as suas atitudes formais e políticas, na medida em que alguns panfletos políticos podiam justificar ou tornar algo mais claro, mas também algumas questões dirigidas para um campo filosófico ou semi-filosófico do seu pensamento base. Os discursos balizam o máximo e o mínimo do seu pensamento político<sup>52</sup>.

Os longos anos que passou a escrever a sua abrangente *História Romana* potenciaram a possibilidade de formulação de perspectivas históricas gerais. Esteve quase sempre a escrever, a relatar factos, sem desperdiçar energias e tempo em análises ou interpretações; e produziu uma história de justificação simples, ou seja, uma literatura contínua que descreve o início e o fim das coisas. As opiniões existentes são simples incidentes, sendo amplamente justificadas pelas próprias necessidades da forma literária do autor: escrever um resumo viável da carreira de uma figura histórica,

---

<sup>50</sup> Schawartz, E., *Griechische Geschichtsschreiber*, Leipzig, 1957, 394-450; Millar, F., *A Study of Cassius Dio*, New York, 1963/64, 72.

<sup>51</sup> Giancotti, F., «La consolazione di Seneca a Polibio in Cassio Dione» *RFIC* 34, 1956, 30.

<sup>52</sup> Starr, C. G., «The Perfect Democracy of the Roman Empire» *AHR* 58, 1952, 1-15; Millar, F., *A Study of Cassius Dio*, New York, 1963/64, 73-77.

tocando somente em assuntos políticos e sociais que tenham expressão característica no tema de encontro do herói romano e do monarca grego<sup>53</sup>.

Deve acreditar-se numa percepção qualitativa do presente como uma época de decadência política, cuja a última causa é a degeneração do Principado devido às formas de poder tirânico, tendo a convicção política, fundamentada na experiência, de que a monarquia, fornecida pela *physis anthropon*, pode transformar-se em *tyrannis*. Admite-se, contudo, também a regeneração e a melhoria, que conseguem uma dimensão significativa, no seu juízo sobre o Principado. Assim sendo, o juízo histórico de Díon sobre o Principado deve antever reservas, contradições e ambiguidades, e ainda mudanças de fonte-base ou falta de rigor na conciliação dos dados de procedência diversa, como factores de explicação e questão da sua tão predicada adesão à monarquia imperial<sup>54</sup>.

Os seus aspectos formais de mudança da «democracia da República» para a autocracia imperial têm grande importância. As suas faculdades críticas, contudo, ficam somente em aberto quando considera o nascimento de instituições particulares sob as quais viveu. Não fundamenta uma teoria política abstracta, mas sim de análise. Díon Cássio, ao contrário dos especialistas modernos, não precisa de explicar o facto da palavra do Imperador ser lei em termos do «poder» legal que possuía. Foi um homem que viveu sob uma autocracia e sabia o que isso significava na medida da segurança pessoal, dignidade ou benevolência, sempre coerente na relação que estipulava entre o imperador e o grupo governamental.<sup>55</sup>

Não obstante, e dada a irreversibilidade histórica e consciência do que consistiu a monarquia desde do ponto de vista constitucional (a forma superior do exercício do poder) que corrobora os princípios severos, concebe a melhoria do Principado através da obediência do imperador ao ideal da monarquia conjunta com a democracia que propunha. Díon expressa este pensamento por meio da justaposição de «como tinha sido» e «de como deve ser» a governação do *Princeps*<sup>56</sup>. O autor antigo aprecia as afinidades na substituição da República pela monarquia e na metamorfose que o poder imperial sofria nos seus dias, de maneira que acaba por projectar representativamente na

---

<sup>53</sup> Egger, A. E., *Examen Critique des Histoires Anciens de la Vie et du Règne d'Auguste*, Paris, 1844, 280-311.

<sup>54</sup> Gowing, A. M., *The Triumviral Narratives of Appian and Cassius Dio*, Michigan, 1992.

<sup>55</sup> Millar, F., *A Study of Cassius Dio*, New York, 1963/64, 77-118.

<sup>56</sup> Millar, F., «Some Speeches in Cassius Dio» *MH* 18, 1961, 11-22.

história a concepção ideal de como devia ser a monarquia imperial e opõe-se, em antítese, como esta se tornara na sua contemporaneidade<sup>57</sup>.

A problemática ideológica da narrativa de Dión Cássio é a ameaça tirânica e, no pouco que não se pode considerar como comentário político da sua *Historia Romana*, admite-se uma análise conveniente e uma reflexão argumentada sobre o exercício do poder monárquico. Efectivamente como sofista, Dión, todavia, subordina a informação ao seu propósito e encara os acontecimentos históricos através de módulos de retórica aplicada à historiografia. Submete a informação histórica a uma elaborada estilização literária com o fim de conseguir a verosimilhança do que afirma, deixando sempre em transparência o seu intuito político. Neste ponto, é habitualmente posto em comparação com a *Historia Augusta*<sup>58</sup>. Novamente como bom sofista, expõe as ideias e métodos políticos como se tratassem de considerações sobre a *aristokratia* e a *oligarchia*.

Nas suas habituais transcrições de discursos, Dión Cássio expressa considerações políticas sobre os imperadores do seu tempo (Cómodo, Caracala e Heliogábalo) e, em juízos sobre o Principado como forma de poder, constrói uma argumentação desenvolvida durante toda a *Historia Romana*. Ao organizar a História de Roma por períodos, a sua obra parece uma apresentação em série de constituições, antevendo a ideia de decadência cada vez que uma nova etapa se inicia com desaparecimento da anterior. Há um claro convite ao debate, tornando a *Historia Romana* controversa, o que coloca Dión como um certo mediador do ponto de vista estrutural, esclarecendo e expondo o seu pensamento de forma historiográfica<sup>59</sup>.

Os termos de *demokratia* e os seus ideais de *isonomia* e *eleutheria* são os instrumentos que tem para expressar o conceito senatorial de *res publica*, como por exemplo, o direito igual dos *beltistoi* participarem no governo do Estado e fazerem-no desde da posição tradicional de proeminência. Assim, a sua representação da tirania surge também pelo curso denegrido do esquema tradicional e do exercício do poder dominado pelo abuso e excesso, sempre sustentado pela descrição da sua experiência pessoal enquanto senador. Por outras palavras, o historiador niceno depende, como os outros historiadores aqui tratados, de uma tradição em que figura o paradigma do «mau

---

<sup>57</sup> Marinelli, G., «Motivi originali nei “discorsi” dell’opera di Cassio Dione» *AALig* 46, 1989, 411-425.

<sup>58</sup> Straub, J., «Cassius Dio und die Historia Augusta» *BHAC* 10, 1972, 271-285.

<sup>59</sup> Starr, C. G., «The Perfect Democracy of the Roman Empire» *AHR* 58, 1952, 1-16.

governo» expresso pela tirania, neste caso com o conhecimento directo do *éthos* tirânico das figuras de Cómodo, Caracala e Heliogábalo<sup>60</sup>.

Díon Cássio estabelece uma dualidade entre a República e a monarquia, mas fá-lo de uma perspectiva prática, com a qual o *excursus* se converte num exemplo de discordância. Ao esgrimir os motivos pelos quais a escrita da história ficou modificada como resultado da transformação da forma política, toma consciência que, para compreender a monarquia, era impossível um conhecimento verdadeiro, ficando o historiador subordinado no seu trabalho à vontade do príncipe. O autor distingue, então, os feitos, que narra tal como lhe foram transmitidos, sem parar para verificar o problema da sua autenticidade, e as conjecturas sobre os mesmos, fundamentadas numa documentação que tinha ouvido e visto. Com esta diferenciação deduz-se a chamada de atenção sobre o duplo plano de narração dos acontecimentos, opiniões e interpretações, que se reproduzem, acima de tudo, a partir da sua vivência pessoal. Em resumo, o autor cumpre a missão de expressar os feitos e as conjunturas, e previne a desordem de informações com a sua reelaboração. No fundo, as estratégicas retóricas dão forma às ideias políticas<sup>61</sup>.

### 1.3 Herodiano, o retórico sírio

Não existem tantas informações sobre Herodiano em comparação com as fontes anteriores. Sabe-se, todavia, tal como em relação a Díon Cássio, que terá assistido aos jogos de Cómodo em 192, tendo já a *toga uirililis* para poder entrar nos jogos públicos, o que faz com que tivesse nascido antes de 178<sup>62</sup>.

A carreira de Herodiano é dúbia: pode ter sido senador, por ter o conhecimento correcto do *senatus consultum tacitum*<sup>63</sup>, ou até liberto, pelo interesse nos assuntos políticos em torno das personalidades e intrigas palacianas<sup>64</sup>; e pode ter vivido num grupo social baixo. Ainda assim, a sua obra teve audiência e foi compreendida na elite

---

<sup>60</sup> Lanza, D., *Il tirano e il suo pubblico*, Torino, 1977; Escribano, M. V., «El vituperio del tirano: historia de un modelo ideológico» in *Modelos ideales y prácticas de vida en la Antigüedad Clásica*, Sevilla, 1993, 9-35.

<sup>61</sup> Escribano, M. V., «Estrategias retóricas y pensamiento político en “la Historia Romana” de Casio Díon» *AC* 67, 1999, 171-189.

<sup>62</sup> Bowersock, Glen W., «Herodian and Elagabalus» *YCIS* 24, 1975, 229-236.

<sup>63</sup> Volckmann, E., *De Herodiani vita scriptis fideque*, Königsberg, 1859, 6 – não demonstra, todavia, o interesse senatorial de Díon Cássio, e no século III a ordem senatorial e a equestre confundiam-se entre si.

<sup>64</sup> Grosso, F., *La Lotta Politica al tempo di Comodo*, Torino, 1964, 34-35 e 42.



de contexto grego<sup>65</sup>. A forma como expõe a História de Roma coloca-o numa posição de discriminação, sobretudo ao centralizar-se na *paideia* grega que permitia intelectualmente duas funções para a elite grega: fazer com que a sua presença em Roma fosse mais aceite e justificar a sua posição como elite social<sup>66</sup>.

A data de composição da obra de Herodiano anda entre 238 e 244. É certo que conhecia Díon Cássio, mas, ao contrário do historiador-senador, não pretendia escrever uma história completa de Roma. Queria focar-se somente no seu período (180-238)<sup>67</sup>. A sua obra serve também o propósito de embelezar a narrativa com entretenimento para um público sofisticado. Tal como os sofistas e letrados coevos, que utilizavam a sua arte para trabalhar temas antigos, o historiador sírio coloca excertos bem conhecidos na sua nova história (*loci communes*). Não se pode inferir que sejam passos didácticos, mas é muito mais uma forma de impressionar o seu público-alvo<sup>68</sup>.

Tal como Díon Cássio, o retórico sírio teve como guia a sua experiência pessoal. Se nasceu em 178, terá estado ao serviço do governo de Septímio Severo, retirando-se por volta dos seus sessenta anos, em 238. Com este espaço temporal, é normal que tenha uma escrita viva dos acontecimentos tumultuosos de 193 e 238. Em Roma, como um oficial menor, terá tido, ainda assim, acesso a alguns documentos, citando algumas cartas. A obra de Herodiano continua a ser muito criticada e os historiadores modernos dividem-se entre uma visão atenta do período ou uma fraca historiografia devido à influência do movimento literário da Segunda Sofística. E, apesar do autor aclamar pormenor e pesquisa rebuscada, não consegue uma precisão cronológica. Algum vazio cronológico pode, no entanto, ser justificado com uma lógica intercalação dos factos para o leitor mais atento<sup>69</sup>.

Herodiano é um brilhante exemplo de união entre História e Retórica. Escreve uma «história colorida», seguindo os exemplos de Tucídides, Heródoto ou Xenofonte<sup>70</sup>. Rejeita soberanamente, contudo, os romances dramáticos, querendo sobretudo alcançar

---

<sup>65</sup> Scott, A. G., *Change and Discontinuity within the Severan Dynasty: the Case of Macrinus*, New Jersey, 2008, 1-18.

<sup>66</sup> Sidebottom, H., «Herodian's Historical Methods and Understanding of History» *ANRW* 2, 34, 4, 1981, 2775-2836.

<sup>67</sup> Roos, A. G., «Herodian's Method of Composition» *JRS* 5, 1915, 191-202.

<sup>68</sup> Baaz, E., *De Herodiani fontibus et auctoritate*, Berlin, 1909, 13.

<sup>69</sup> Altheim, F., *Literatur und Gesellschaft in ausgehenden Altertum*, Halle, 1948, 165; Hohl, E., «Die Ermordung des Commodus» *Philologische* 52, 1932, 1135-1144; «Kaiser Commodus und Herodian» *SDAW*, 1954, 1.

<sup>70</sup> Stein, F. J., *Dexippus et Herodianus rerum scriptores quatenus Thucydidem secuti sunt*, Bonn, 1957, 219-221

a verdade com preocupação no vocabulário e estilo<sup>71</sup>. Mostra interesse em temas como «imperadores e tiranos» ou «destruição de cidades»<sup>72</sup>. Como historiador, aceita alguns ideais contemporâneos de historiografia, utilizando *clichés* de pensamento expressos em imitações dos modelos clássicos, declamações retóricas, caracterizações de *dramatis personae* ou *sententiae* moralizantes.

Quanto aos factos históricos, Herodiano faz variadas omissões, talvez por pensar que eram simples acontecimentos propagandísticos sem fundo real; talvez por não dar tanta importância a títulos imperiais; talvez por não querer escrever história de uma forma senatorial, deixando de parte algumas acções no Senado<sup>73</sup>; ou talvez por considerar que as mudanças administrativas junto às fronteiras não eram relevantes para a história do período em questão<sup>74</sup>. Omite por completo a famosa *Constitutio Antoniana* (212)<sup>75</sup>, alguns exemplos importantes do crescente particularismo do Império Romano ou alguns nomes próprios, mas estas lacunas não abalam a credibilidade da informação geral que providencia. O certo é que o grande número de referências financeiras e económicas na sua obra, com a tendência de tratar a extravagância e confiscações dos imperadores-tiranos, potencia a criação de estereótipos, como se tentará mostrar com os dois imperadores deste estudo<sup>76</sup>.

Díon Cássio foi muito importante para Herodiano, pois, nos episódios mais dramáticos e coloridos, não deixou de transpor e modificar informações deste seu contemporâneo<sup>77</sup>. Da mesma maneira que também a *Historia Augusta* acaba por combinar material histórico de Díon Cássio e Herodiano. Note-se que os três autores aqui tratados tiveram as mesmas fontes de base<sup>78</sup> e conheciam o trabalho de cada um<sup>79</sup>. É difícil compreender a essência dos objectivos de Herodiano, pois é constantemente comparado com a *Historia Augusta* e Díon Cássio, tal como se tratasse de um obra menor. As definições em particular concedem informações de factos, datas,

---

<sup>71</sup> Hdn., I, 1, 1.

<sup>72</sup> Hdn., I, 1,4.

<sup>73</sup> Crook, J. A., *Consilium Principis*, Cambridge, 1955, 87.

<sup>74</sup> Pflaum, H.-G., *Le Marbre de Thorigny*, Paris, 1958.

<sup>75</sup> A extensão da cidadania romana a todos os habitantes do Império Romano e respectivas obrigações financeiras.

<sup>76</sup> Hohl, E., «Die Ermordung des Commodus» *Philologische* 52, 1932, 191-200; Heer, J. M., «Der histoische Wert der Vita Commodi in der Sammlung der Scriptorum Historiae Augustae» *Philologus* 9, 1901, 113 e ssq.

<sup>77</sup> Dion Cass., LXVII, 15, 3 em relação com Hdn., I, 17.

<sup>78</sup> Roos, A. G., «Herodian's Method of Composition» *JRS* 5, 1915, 191-202.

<sup>79</sup> Oliver, J. H., «Literarische Beziehungen zwischen Cassius Dio, Herodian und der Historia Augusta» *AJPh* 95-2, 1974, 179-180.

identificações de pessoas e lugares, sempre em comparação paralela com os outros historiadores antigos<sup>80</sup>.

Ao defender uma «política filosófica», Herodiano pode ser colocado num plano mais elevado de consideração historiográfica. Começa a sua obra com Marco Aurélio para caracterizar um estereótipo de governante ideal, contrastando com os tiranos dos anos seguintes. Não precisou de ir a fundo nos pormenores para mostrar a matriz de um príncipe ideal, bastando-lhe uma selecção de factos. Em função da proeminência da família Antonina com o ideal de *basileus*, consegue mostrar a sua mestria retórica. A sua ideologia deriva da confluência de um republicanismo cristalizado e do pensamento helenístico grego, o que não é novidade perante Tácito ou Dión de Prusa, mas no seu caso foi muito relevante em torno da sua contemporaneidade<sup>81</sup>. A selecção que faz dos acontecimentos tem dois critérios diferentes: conceder prazer ao leitor e ganhar o favor do imperador; daí ter optado por jogar com a história dos sucessos da família antonina e as vicissitudes da era pós-Antoninos<sup>82</sup>.

O estilo de Herodiano pode ser considerado lúcido, acima de tudo à luz da tórpida escrita eclesiástica e teológica. A sua obra deve ser tratada como uma das mais importantes fontes para compreender a tão discutida crise do século III, sem menosprezar o seu contributo para o entendimento da historiografia<sup>83</sup>. Em torno do seu tema mais querido, a imagem de Alexandre, o Grande, acaba também por ser inclusivo e retórico<sup>84</sup>. Mostra-se, assim, defensor do príncipe helenístico, fornecendo noções de instituições e programas políticos inerentes. É um acérrimo apologista de uma prática helenística fugindo ao paradigma de Augusto, designadamente na utilização de leis tipicamente helénicas para o controlo das fronteiras<sup>85</sup>.

O leitor, estudante ou investigador de Herodiano, como autor de narrativa histórica do período a partir de 180, consegue perceber o seu lugar na historiografia e o chamamento do «renascimento grego». Herodiano é prático quanto à política e ao propósito da história, nomeadamente nos elementos da política senatorial que se relacionam com a própria história e ideologia romanas. Torna-se um autor controverso

---

<sup>80</sup> Millar, F., «Review of Herodian I and II by C. R. Whittaker» *JHS* 91, 1971, 156-157.

<sup>81</sup> Plaum, H.-G., «Les Correspondents de l'Orateur M. Cornelius Fronto de Cirta» in *Hommages a Jean Bayet*, 1964, 544-560.

<sup>82</sup> Millar, F., *A Study of Cassius Dio*, New York, 1963/64, 8 e ssq.

<sup>83</sup> Whitby, M., «Herodian, "Ab excessu diui Marci" by F. L. Muller» *JHS* 118, 1998, 219-220.

<sup>84</sup> Rubin, Z., «Civil-War Propaganda and Historiography» *Latomus* 173, 1980, 246.

<sup>85</sup> Cohen, G. M., «The Hellenistic Military Colony: an Herodian Example» *TAPhA* 103, 1972, 83-95.

quando é tido como fonte da *Historia Augusta*, mas o seu valor não deve ser diminuído<sup>86</sup>.

Herodiano, sempre muito mais contido que as outras duas fontes<sup>87</sup>, acaba por estabelecer o primado imperial entre *aristokratia* e *tyrannis*<sup>88</sup>. O governo de um *basileus* não é uma governação de um homem só. É uma *aristokratia*<sup>89</sup> onde os *amici* e os conselheiros desempenham um papel importante<sup>90</sup>.

## 2. Contexto Histórico: a dinastia Antonina

### 2.1 O início da «dinastia adoptiva»

Segundo a opinião corrente, os Antoninos teriam transformado a própria alma do Império, tendo em consideração a sucessão dos imperadores. Todos os historiadores modernos estão de acordo, nomeadamente M. Rostovtseff ao referir que um novo modo de transmissão de poder imperial salvou o mundo romano durante um século. E. Albertini define ainda a fórmula do mundo Antonino como um dos menores males possíveis do mundo Antigo.

Pode acreditar-se que é uma miragem literária, sobretudo se se for seduzido pelo ideal de que os desenvolvimentos de Tácito ou de Plínio-o-Moço querem perpetuar. As fontes historiográficas para o período em questão, querem mesmo definir, porém, uma estrutura incorporada de feitos, que, por si só, formam uma dura realidade e um caso de excepção. Ainda assim, parece que a realidade não era essa. Tenta comprovar-se, então, como a dinastia Antonina, criada no poderio do corpo de Estado que aboliu a dinastia independentemente hereditária dos Flávios, não é afirmativa ou, acima de tudo, constituída sobre o único princípio de escolha do melhor, rejeitando uma hereditariedade em linha de filiação directa, que tinha sido suprimida com o fim da vida de Domiciano<sup>91</sup>.

O princípio de hereditariedade imperial parou de se recriar no drama do fim do Principado, na vida e dinastia de Domiciano, o seu profanador. Assim, a 18 de

---

<sup>86</sup> Bowie, E. L., «Greeks and their Post in the Second Sophistic» *P&P* 46, 1970, 3.

<sup>87</sup> Scheithauer, A., «Die Regierungszeit des Kaisers Elagabal in der Darstellung von Cassius Dio und Herodian» *Hermes* 118, 1990, 335-356.

<sup>88</sup> Hdn., I, 1, 4.

<sup>89</sup> Hdn., I, 2, 2; II, 14, 3..

<sup>90</sup> Hdn., I, 4, 1; I, 8, 1; V, 1, 8.

<sup>91</sup> Carcopino, J., «L'Hérédité Dinastique chez les Antonins» *REA* 51, 1949, 262/263.

Setembro de 96, toda a crença no poder imperial e na sua divindade esvaneceu-se. Domiciano é visto como um péssimo imperador, destruidor do sonho imperial, e o Senado toma as medidas necessárias para o apagar da história: a *damnatio memoriae*. O Senado acordou com os prefeitos do pretório que Nerva, senador sexagenário, era uma boa e convencional hipótese de sucessão. Nesta decisão, pode ver-se que houve uma aliança dos *praefecti praetorii* e dos *Patres*, mas Díon Cássio revela que também houve tensões secretas entre Nerva e o prefeito do pretório Tito Petrônio Segundo<sup>92</sup>.

M. Mason Hammond, com o seu habitual comentário em linhas elípticas, emite a hipótese de Nerva ter conseguido o lugar como *imperator* devido à *tribunicia potestas* que lhe foi atribuída, inseparável da função imperial. Tácito exalta Nerva por este ter reconciliado e fundamentado o seu novo poder, que juntava o principado e a liberdade: «Nerva, com a aurora de um abençoado, conseguiu combinar o Principado e a liberdade [...]»<sup>93</sup>.

A ilusão era geral e completa, mas foi de curta duração; entende-se, então, uma vaga de luz que proporciona a imagem de ouro da dinastia Antonina. Tenha-se em atenção as mudanças que existiram, para verificar que algumas fronteiras foram removidas. Nerva apelou às forças das legiões e ao melhor dos seus chefes, nomeadamente, na Germânia, comandava o exército mais poderoso e mais próspero, Marco Úlpio Trajano. Com urgência, o imperador à frente do Senado, verificando também os erros antigos, escolheu, entre os mais virtuosos, aquele que tinha os seus poderes.

Praticamente, é a partir desta verificação de factos que se desenvolve a adopção de Trajano, como se se tratasse de uma demissão ou, pelo menos, uma adopção em benefício do adoptado. E, de facto, é Trajano que coloca em devido lugar as pessoas e as coisas, estando ainda vivo Nerva: desde apaziguar os Suevos, dissolver a *Legio XXI Rapax*, manter a calma na Síria, até restabelecer a obediência nos postos do pretório. Os Antigos reconheceram a sua superioridade e compreenderam a importância da mudança que personificava. No século IV d.C., Aurélio Victor não deixa de definir a abdicação de Nerva<sup>94</sup>, e Plínio-o-Moço já tinha antes mostrado o «descargo» do Império: «Sem dúvida, merece ser adoptado durante muito tempo, mas não se saberia se teria o império se este não tivesse sido assegurado. Espera-se que fique claro que não era o beneficiário,

---

<sup>92</sup> Dion Cass., LXVIII, 15, 7.

<sup>93</sup> Tac., *Agr.*, 3.

<sup>94</sup> Aur. Vic., *Epit.*, XII, 9.

mas o benfeitor.»<sup>95</sup>. Em sequência, e em direito, o acto de Nerva ao proclamar Trajano como seu filho torna-se ainda mais significante. Afirmando a soberania de Trajano – «Tornaste-te ao mesmo tempo o filho do Príncipe e César [...]»<sup>96</sup> –, Nerva, com efeito, produziu uma adopção como se tratasse de uma hereditariedade natural. Com este acto, não abdicou somente do seu lugar, renovou, por outro lado, a tradição dinástica que tinha parado abruptamente com a sua acessão.

Não é uma acção exterior nem é um acto exclusivamente privado que teria que ser consumado na intimidade da casa imperial e do quarto nupcial: «Portanto, não foi num quarto, mas num tempo, nem no leito nupcial, mas perante Júpiter Ótimo Máximo que a adopção foi consumada.»<sup>97</sup>. Não é, de todo, um acto privado que acaba por ter uma notoriedade pública, tal como Augusto com Tibério, anunciando-o como seu sucessor no *forum* e perante trinta *lictors* em símbolo dos comícios curiatis: «Adoptou no foro, segundo a lei curiata, Tibério, e também Agripa»<sup>98</sup>.

De facto, nenhum laço de sangue unia no presente, nem podia a vir a unir no futuro, o adoptado Trajano com Nerva. O adoptado era um elemento da elite social hispânica, último representante celibatário de uma nobre família úmbria; e a aristocracia senatorial evidenciava a ideia de que, uma tal adopção, se diferenciava de todas as outras que a tinham precedido. Em particular, Tácito e Plínio-o-Moço evidenciam as suas características originais. Sem dúvida, para o primeiro autor, a imensidade do Império era susceptível de ter um equilíbrio sem uma soberania num só homem para governar, o dever do imperador era restabelecer a República: «Se o grande corpo do Império podia manter o equilíbrio, sem alguém para liderar, deveria restaurar a República.»<sup>99</sup>. Visto que isto era evidentemente impossível, convinha, contudo, que o Príncipe, apelando à soberania duplamente adquirida pelo consentimento dos deuses e dos homens, escolhesse um sucessor, não da sua família, mas do Estado<sup>100</sup>: «Na verdade, o acordo unânime dos deuses e dos homens tinham o chamado ao Império, pela suas qualidades eminentes e pelo amor à pátria ofereci-lhe o Principado [...] Mas Augusto não procurou um sucessor na sua família, mas na república.». A origem ou o nascimento tornam-se nada mais que um efeito do acaso: «Para nascer ou ser nascido do

---

<sup>95</sup> Plin., *Pan.*, VI, 3.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, VIII, 6.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, VIII, 1.

<sup>98</sup> Suet., *Aug.*, 65.

<sup>99</sup> Tac. *Hist.*, I, 16, 1.

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*, I, 15, 2; I, 15, 3; respectivamente.

sangue dos príncipes, é uma casualidade [...]»<sup>101</sup>. A adopção teria por fim de descobrir o melhor – «[...] a adopção vai encontrar em cada vez o melhor.»<sup>102</sup> -; e, plenamente racional, seria guiada pelas vozes públicas segundo a escolha reflectida que implicava: «Para a adopção, o juízo é livre e, se queremos escolher, somos guiados por um acordo generalizado.»<sup>103</sup>. Até então, o Império comportava a herança de uma dinastia. Doravante, não seria mais assim e, no que há-de vir, será assegurada a liberdade que começa na série destas eleições para adopção: «[...] éramos como a herança de uma só família, que atingirá a liberdade, com a qual começa uma escolha [...]»<sup>104</sup>.

Trajano não consegue a direcção do Império por combinações dinásticas ou intrigas conjugais – «Tu não és tido como filho, és um adoptado.»<sup>105</sup> -, nem por um golpe de força militar que, normalmente, faziam e defendiam os Príncipes: «A posteridade do imperador [Trajano] não foi feita pelo seu exército?»<sup>106</sup>. Veja-se que as adopções passadas revelam uma sedição e manifestam o despotismo, mesmo que fosse para acabar com as revoltas: «Não adoptes aquele que todos concordam que governaria mesmo sem adopção, aí seria arrogância e tirania. [...] Imediatamente todo o tumulto desapareceu. Esquecemo-nos como a adopção concretizada fez para a sedição?»<sup>107</sup>. Nerva, ao constituir Trajano como herdeiro com poder supremo, não faz mais que traduzir a vontade dos homens e dos deuses, unânime entre todos que iria comandar: «Quem deve governar todos, deve ser escolhido entre todos. [...] Assim, estava ansioso para evitar a desgraça e reuniu o conselho para não pensar só nos homens mas também nos deuses.»<sup>108</sup>. Assim, foi entregue o Império a quem o merecia, àquele que, de todos, era o melhor e o mais sensível aos deuses.

As circunstâncias e imagem pública destes principados iniciais não devem ser confusas e não são objecto de análise do presente estudo. Esta introdução inicial surge como forma de salientar estes primeiros homens da dinastia que tiveram que assegurar um poder imenso, sendo os patronos dos membros de todos os grupos da sociedade Romana. E, para esta dissertação, deve argumentar-se o nível de base das suas imagens público-imperiais, isto é, o seu papel, o seu *status* e o poder que fortificaram em

---

<sup>101</sup> *Idem, ibidem.*, I, 16, 3.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, I, 16, 2.

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*, I, 16, 3.

<sup>104</sup> *Idem, ibidem*, I, 16, 2.

<sup>105</sup> Plin., *Pan.*, VII, 4.

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, IX, 10.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem*, VII, 7; VIII, 5; respectivamente.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*, VII, 6; VIII, 1; respectivamente.

comparação com os imperadores antecedentes<sup>109</sup>. Este desenvolvimento introdutório é necessário para entender-se o conceito que legitima toda a adopção nesta dinastia, ou seja, a ideia de *optimus*, que nasce do eco à eloquência do Panegirista e às aspirações do Senado. É a voz popular entendida, e, sem dúvida, é neste título de honra que se verifica algo que nenhum imperador tinha recebido até então. É a imagem inicial do Império entregue ao melhor, ao mais digno<sup>110</sup>; a fórmula de sucessão imperial da dinastia Antonina (uma nova via de Principado sem exemplo): «Um caminho novo e desconhecido rumo ao Principado!»<sup>111</sup>.

## 2.2 As escolhas e a adopção de Adriano

Compreenda-se, desde já, aos antecedentes de Marco Aurélio e Cómodo, na pessoa de Adriano, para entender quais são as correlações conclusivas que podem surgir destes imperadores da dinastia Antonina, que, por sua vez, abrem a colectânea de biografias da *Historia Augusta*<sup>112</sup>.

Foram sugeridos a Adriano dez nomes possíveis para sucessão. Mesmo assim, Serviano sozinho podia seguramente ser aceite sem grande preocupação, mas de certeza que não tinha a intenção de deixar o trono a um homem que nos seus últimos dias de Principado tinha mais de noventa anos: «Serviano e o seu neto Fusco, um nonagenário e um jovem de dezoito anos, foram condenados à morte [...]»<sup>113</sup>. Até o nome de Avídio Nigrino, um ex-cônsul morto em 118, ficou preservado na tradição como um dos possíveis homens que podiam suceder a Trajano. E é natural que o nome de amigos seus, como Platório Neposte e Terêncio Gêncio, pudessem ser colocados neste mesmo contexto. Catílio Severo também tinha esperança e esforçou-se muito. Note-se que todos os designados nesta possível lista eram senadores de alta estirpe, não havendo proeminência particular às relações com Adriano, como Serviano ou o neto deste, filho de Júlia, com 18 anos, Cn. Pedânio Fusco Salinator. Aliás, Adriano não dava proeminência excessiva à sua própria família. Há a convenção que tinha uma relação

---

<sup>109</sup> Roche, P. A., «The Public Image of Trajan's Family» *CPh* 97-1, 2002, 4-60.

<sup>110</sup> Carcopino, J., «L'Hérédité Dynastique chez les Antonins» *REA* 51, 1949, 267-271.

<sup>111</sup> Plin., *Pan.*, VII, 1.

<sup>112</sup> Meckler, M., «The Beginning of the "Historia Augusta"» *Historia* 45-3, 1996, 364-375.

<sup>113</sup> Dion Cass., LXIX, 17, 3.



fraca com sua própria mulher Sabina, supostamente envenenada em 137, mas o facto é que somente muito tarde é reconhecida como *Augusta*.

Quando Adriano esteve doente, apercebeu-se da necessidade de decidir sobre a sucessão. Este estado de ansiedade imperial gerou um clima de conspirações e intrigas, sobretudo em torno de Serviano e do jovem Fusco; motivo pelo qual acabam por ser mortos. O provável «terror» dos dois últimos anos do principado de Adriano pode ser reduzido a este episódio de morte familiar, uma imagem negra pintada pela tradição senatorial: «Serviano antes de ser executado pediu fogo, e foi-lhe dado incenso, exclamou: “Não sou culpado, nada fiz de errado, vós, ó deuses, estão bem conscientes [...]”»<sup>114</sup>.

O homem adoptado e designado para a sucessão foi o cônsul de 136, L. Ceiónio Cómodo, desde logo favorecido na sua carreira – tal como os outros – pelo *Princeps*: foi ajudado na sua candidatura à pretura e, como cônsul, teve um subsídio especial que lhe conferia algum espaço de manobra económico para exercer o cargo com esplendor. Sabe-se pouco sobre as circunstâncias desta escolha surpreendente, mas muito provavelmente cobria totalmente as aspirações senatoriais de designação de um membro da aristocracia. Sem haver nenhum laço dinástico, é uma escolha pessoal e aristocrática. A teoria moderna avança com a hipótese de Ceiónio ser filho biológico de Adriano, preenchendo um espaço em branco promovido pelo silêncio da tradição historiográfica<sup>115</sup>.

Quando, na manhã de 1 de Janeiro de 138, L. Élio César devia inaugurar o seu segundo consulado entregue pelo imperador, Adriano soube que o seu sucessor tinha morrido. O Imperador fez tudo para que as vozes solenes de honra imperial lhe fossem pronunciadas: «[...] Adriano, consentiu o luto, mas o votos para os assuntos de Estado mantiveram-se.»<sup>116</sup>. Se esta ordem atesta os escrúpulos religiosos do homem de Estado, também demonstra as suas afeições e, sobretudo, a sua dor. Fez para Élio César um túmulo gigante, mandado construir de propósito para si; acordou que lhe fossem dados os ritos funerários imperiais; e ordenou que por todo o mundo fossem, à sua memória quase divina, consagrados templos e estátuas colossais: «[...] morreu e foi-lhe concedido um funeral de imperador [...] Adriano deu ordens para que estátuas colossais de Vero fossem edificadas em todo o mundo e, em algumas cidades construírem-lhe

---

<sup>114</sup> Dion Cass., LXIX, 17, 2.

<sup>115</sup> Garzetti, A., *From Tiberio to the Antonines – A History of the Roman Empire*, Londres, 1974, 434-440.

<sup>116</sup> SHA, *Hadr.*, XXIII, 16.

templos.»<sup>117</sup>. A sua ficção foi tão profunda entre os contemporâneos que chegou ao conhecimento do redactor da *Historia Augusta*. Repare-se que o antigo Ceiónio Cómodo Vero tem traços demasiadamente iguais a Adriano, tanto ao nível fisionómico como ao nível psicológico, o que faz com que a biografia de Élio César seja entendida como um decalque da biografia de Adriano. Veja-se entre os dois homens os mesmos dons, os mesmos defeitos, os mesmos contrastes<sup>118</sup>. Mesmo que os gostos e os estados de espírito dos dois homens sejam idênticos, além do retrato moral e físico, não quer dizer que Élio César seja filho biológico de Adriano, é simplesmente uma estratégia historiográfica típica da *Historia Augusta*. Sem dúvida que estas semelhanças podem ser verificadas e saltam à nossa vista, e a hipótese é colocada para preencher a lacuna ou a verdade que os Antigos quiserem ignorar. Pois, num regime autoritário, nem todas as verdades eram boas de se saber, e é possível que, estando Adriano vivo, e mesmo nos principados dos seus sucessores, alguns escritos apontassem somente estas evidências, não dando certezas que iriam contra o soberano supremo. Estes escritos certamente existiram, lançaram uma visão que foi compreendida nas gerações seguintes, e acabaram por reflexo nos devaneios dos redactores da *Historia Augusta*. O autor da vida de Élio deixa escapar que a dor de Adriano sentida pela morte de Élio César não é relativa a um bom soberano, mas sim a um bom pai: «Adriano lamentou, então, a sua morte como um bom pai, não como um imperador.»<sup>119</sup>. Trata-se de um traço fugitivo, mas pode ser pleno de significação, ou seja, o autor deixa liberdade ao leitor de ler nas entrelinhas uma paternidade fictícia num plano de adopção ou uma natureza de sentimentos de um imperador que chorou o defunto com lágrimas de um pai verdadeiro.

O biógrafo de Élio César mostra esta mesma linha quando refere a adopção de Adriano: «Na verdade, é relatado por todos aqueles que se ocupam de escrever os detalhes da vida de Adriano, que o imperador estava familiarizado com o horóscopo de Vero [...]»<sup>120</sup>. Entenda-se, neste caso, o conceito *genitura* num sentido astrológico, ou seja, Adriano conhecia o horóscopo de Élio. Este conceito traz várias significações, e, no decorrer da *Historia Augusta*, existem diferenças que só podem ser entendidas através do contexto. A linguagem da *Historia Augusta* comporta coerentemente duas

---

<sup>117</sup> SHA, *Hel.*, VI, 6; VII, 1; respectivamente.

<sup>118</sup> SHA, *Hadr.*, XIV-XVI e XIX; e *Hel.*, V, 1-11; respectivamente: várias caracterizações semelhantes.

<sup>119</sup> SHA, *Hel.*, VI, 7.

<sup>120</sup> SHA, *Hel.*, III, 8 – *fertur ab his qui Hadriani uitam diligentius in litteras retulerent Hadrianum [Aelii] genituram scisse [...]*.

acepções. Tanto pode ser o horóscopo anunciado por um astrólogo<sup>121</sup>, como podem ser as circunstâncias do nascimento que são relatadas ao astrólogo pelos pais, para este construir o horóscopo da criança. Será que Adriano toma conhecimento do horóscopo de Élio César sendo seu pai? Adriano sabia que o horóscopo de Élio referia que este não viveria para lhe suceder, e, apesar de o Imperador ser versado nas práticas da astrologia, não se deixou convencer: «“E se um erro foi cometido ao traçar o horóscopo deste homem que, como cremos, está destinado a viver?” [...] “É fácil para o senhor falar quando procura um herdeiro para a sua propriedade e não para o império.”»<sup>122</sup>. Segundo o biógrafo de Élio César, Adriano acaba por seguir os seus planos de adopção; conhecendo a *genitura* do biografado, não consegue ignorar a sua génese, o facto de ser seu filho<sup>123</sup>.

Para aumentar esta polémica, há ainda uma carta, supostamente de Adriano para o marido da sua irmã, Serviano, onde evidencia em demasia a importância de Élio César. Esta carta está incluída na *Historia Augusta*<sup>124</sup> e tem vários problemas ao nível formal, mas, sobretudo, ao nível da autenticidade<sup>125</sup>. Sem falar nas dificuldades com a cronologia, com o título e com conceito ambíguos. Não se pode fugir, porém, à seguinte afirmação no final da carta: «[...] muita coisa se diz do meu filho Vero.»<sup>126</sup>. E é claro que Adriano fala em Élio César: «[...] adoptou [Adriano] Ceiónio Cómodo Vero.»<sup>127</sup>; ou «Lúcio Ceiónio Cómodo Vero Élio César: na verdade era chamado por todos estes nomes.»<sup>128</sup>. Sabe-se que Élio César utilizava o nome Vero mais como um *agnomen* do que como *cognomen* propriamente dito. Não chega a assumir, contudo, efectivamente este nome, quem o vai utilizar, por ordem de Adriano, é o seu filho Lúcio Vero, o que pode denotar alguma preferência na adopção conjunta com Marco Aurélio: «[...] e Adriano escolheu para adopção Antonino Pio, tio de Marco, com a disposição de que Pio, por sua vez, adoptasse Marco, e este adoptasse Lúcio Cómodo.»<sup>129</sup>. Seja qual for a forma para abordar a questão, não há nenhuma maneira de a resolver. Ainda assim, paira no ar esta hipótese, defendida por alguns autores, pegando na suposta

---

<sup>121</sup> SHA, *Sept. Sev.*, III, 9 ; *Get.*, II, 6; *Alex. Sev.*, V, 4; *Diadum.*, V, 4-5: outro exemplos de *genitura*.

<sup>122</sup> SHA, *Hel.*, IV, 4-5.

<sup>123</sup> Carcopino, J., «L'Hérédité Dynastique chez les Antonins» *REA* 51, 1949, 298-303.

<sup>124</sup> SHA, *Quat. Tyr.*, VIII-IX.

<sup>125</sup> Homo, L., «Les Documents historiques de l'Histoire Auguste e leur valeur historique» *RH* 151, 1926, 180-195.

<sup>126</sup> SHA, *Quat. Tyr.*, VIII, 8.

<sup>127</sup> SHA, *Hadr.*, XXIII, 11 ; *Ver.*, I, 3.

<sup>128</sup> SHA, *Hel.*, VI, 6-9.

<sup>129</sup> SHA, *Marc.* V, 1.

autenticidade da carta. Deduz-se que, em 131, a filiação adoptiva de Lúcio Élio César (que, de facto, só será proclamada no final de 136), é precedida, em 101, da verificação de filiação biológica que Adriano não deixou de contar à sua irmã e a Serviano. O que faz levantar outra questão que justifica esta ideia: após ter conhecimento deste facto, terá sido o motivo que levou Serviano a revoltar-se nos últimos anos do principado de Adriano<sup>130</sup>?

Com a morte de Ceiónio, não obstante, a seguinte escolha de Adriano foi igualmente inesperada e independente de qualquer expectativa, julgando-se a reputação do próprio homem designado. Devem ter existido muitos outros senadores como T. Aurélio Fúlvio Boiónio Árrio Antonino, o ex-cônsul designado para a sucessão de Adriano a 24 de Janeiro de 138, sendo adoptado no dia seguinte. Vinha de uma família narbonense e tinha nascido na *uilla* de Lavínio a 19 de Setembro de 86; sendo assim adoptado aos 51 anos, ou seja, uma excepção na lei da *adoptio*, que passa *a fortiori* para *arrogatio*<sup>131</sup>. Antonino tinha tido uma carreira regular e segura, sem nenhum ponto extraordinário. Era o típico súbdito civil, tendo somente estado por variadas vezes entre os conselheiros de Adriano. A posição e relação da família foram, na verdade, a primeira razão: Antonino era filho de cônsul, neto do lado paterno de T. Aurélio Fulvo<sup>132</sup>, e neto do lado materno de Árrio Antonino<sup>133</sup>. O nome Boiónio veio de Boiónia Procila, a mulher de Árrio Antonino. Entenda-se que foi uma pessoa com alguma reputação, mas, pelo que se sabe, foi designado para a sucessão sem nenhuma razão em especial. Se Adriano o escolheu por sua inteira iniciativa e por algumas qualidades que já tinha demonstrado, só é justo que deva receber os créditos por uma escolha altamente feliz. Tem que tomar uma posição mais elevada para apagar a imagem de Élio César, não deixando de se assumir como *Imperator T. Aelius Caesar Antoninus*, e de estar ao lado de Adriano quando este faleceu em Baías<sup>134</sup>.

Adriano é visto por muitos especialistas como uma figura complexa, acabando ainda por influenciar os imperadores tratados neste trabalho e por inaugurar/definir efectivamente o rumo da dinastia Antonina. Actualmente, a figura de Adriano anda

---

<sup>130</sup> Carcopino, J., «L'Hérédité Dynastique chez les Antonins» *REA* 51, 1949, 303-312.

<sup>131</sup> A adopção de pessoas *sui iuris*; com uma diferença de idade de pelos menos dezoito anos.

<sup>132</sup> Um homem que tinha assegurado dois consulados e a prefeitura da Cidade no tempo de Nero e dos Flávios.

<sup>133</sup> Homem muito admirado por Plínio, também duplamente cônsul, e genro de M. Ânio Vero, casado com Ânia Faustina, que foi o único senador que teve três consulados durante o principado de Adriano, à parte da relação do imperador com Serviano.

<sup>134</sup> Garzetti, A., *From Tiberio to the Antonines – A History of the Roman Empire*, London, 1974, 434-440.

entre a imaginação de Marguerite Yourcenar<sup>135</sup> e a perspicácia de Ronald Syme<sup>136</sup>. Certamente, no passado século XX, a percepção de Adriano evoluiu bastante. Numa era europeia de grande construção, Adriano foi visto como um protótipo e um modelo e governante ideal, mas em parâmetros diferentes dos de Marco Aurélio; é o imperador romano que melhor entendeu as exigências da conquista e do controlo de poder, tal como o cosmopolitismo que o Império passava como mensagem civilizacional. O seu cosmopolitismo foi na realidade um imperialismo, sempre posto em benefício do Império. Foi um helenista, não só de sentimento mas também de convicção, pensando que os Latinos, os Gregos e até os Bárbaros tinham algo a contribuir para o conhecimento geral<sup>137</sup>. Entre o tempo de Augusto a Diocleciano, nenhum imperador entendeu tão bem as necessidades do Império, ou se preocupou com estas indigências na prática, em igual consistência com uma política deliberada e compreensiva<sup>138</sup>.

Dión Cássio expõe o discurso de Adriano sobre esta nova sucessão<sup>139</sup> e salienta que Antonino não tinha filhos: «E foi assim que Antonino se tornou imperador, sem ter descendência masculina [...]»<sup>140</sup>. Na verdade, para ser adoptado, tinha a ordem de Adriano para adoptar dois outros jovens, ou seja, assegurava-se uma segunda sucessão: «[...] Lúcio Aurélio Cómodo Vero Ceiónio Antonino, o qual Antonino foi obrigado a adoptar.»<sup>141</sup>. Antonino tinha que adoptar obrigatoriamente Lúcio Vero e Marco Aurélio, mas temos duas versões sobre a ordem de adopção: a *Historia Augusta* refere em primeiro lugar Marco Aurélio e depois Lúcio Vero<sup>142</sup>; e a versão de Dión Cássio<sup>143</sup>, primeiro Lúcio Vero e secundariamente Marco Aurélio<sup>144</sup>. Entende-se agora porque deve seguir-se a versão de Dión Cássio.

*Prima facie*, a linha de sucessão é primeiro Ceiónio, seguido do seu filho e somente em terceiro lugar Marco Aurélio. Adriano teria logo adoptado Marco

<sup>135</sup> Savigneau, J., *Marguerite Yourcenar – l'invention d'une vie*, Paris, 1990, 541.

<sup>136</sup> Syme, R., «Fictional history old and new: Hadrian» in *Roman Papers VI*, Oxford, 1991, 157-181; Yourcenar, M., *Mémoires d'Hadrien: Carnets de notes*, Paris, 1991.

<sup>137</sup> Alves, S. L., «Uma Visita a Adriano: o Império e o Conflito» *BEC* 50, 2008, 133-138.

<sup>138</sup> Meckler, M., «The Beginning of the "Historia Augusta"» *Historia* 45-3, 1996, 364-375.

<sup>139</sup> Dion Cass., LXIX, 20. Prática comum neste autor antigo, Dión Cássio é mestre em reproduzir na íntegra os discursos dos imperadores. Ainda assim, não é um historiador que faça constantemente estas introduções. A sua mestria surge na harmonia que consegue entre os discursos e o contexto geral – Millar, F., *A Study of Cassius Dio*, New York, 71.

<sup>140</sup> Dion Cass., LXIX, 21, 1.

<sup>141</sup> SHA, *Hel.*, II, 9 – *quem sibi adoptare Antoninus iussus est*; VII, 2 (a mesma versão com *adoptandum*); *Ver.*, II, 1 (a mesma versão com *adoptandus*).

<sup>142</sup> SHA, *Hel.*, VI, 9; *Marc.*, V, 1; e *Pius.*, IV, 5: «E impôs a Antonino a condição de adoptar Marco e Vero [...]».

<sup>143</sup> Dion Cass., LXIX, 21, 1: «Adriano adoptou por si o filho de Cómodo e, em adição, Marco Ânio Vero.».

<sup>144</sup> Carcopino, J., «L'Hérédité Dynastique chez les Antonins» *REA* 51, 1949, 312-321.

Aurélio<sup>145</sup>, se este tivesse idade suficiente. Ceiónio era meramente pretendido para manter a sua posição até o jovem ter idade suficiente governar, ou seja, a mesma função que Antonino acaba por ter. Pio surge na linha de sucessão porque Ceiónio morre prematuramente, apesar de Adriano estar ao corrente do estado de saúde cada vez mais débil de Ceiónio: «Começou a ficar doente, a ter vômitos de sangue [...] Adriano ficou apreensivo com as graves hemorragias [...]»<sup>146</sup>. E a *Historia Augusta* chega mesmo a relatar de forma falsa que Adriano não sabia do estado de saúde fraco de Ceiónio, quando o adoptou: «Assim, apesar da oposição pelo estado de saúde, adoptou Ceiónio Cómodo Vero.»<sup>147</sup>. Apesar de tudo, em 136, Adriano adopta L. Ceiónio Cómodo na esperança de poder ser o seu sucessor e, com esta adopção, ver o filho de Cómodo, Lúcio Vero, tornar-se seu neto. M. Ânio Vero, futuro Marco Aurélio, não era mais que o genro destinado para Cómodo<sup>148</sup>.

Nesta adopção, há dois aspectos aos quais se deve dar ênfase em função do desenvolvimento deste estudo. O primeiro aspecto prende-se com o facto que anteriormente se referiu, ou seja, Lúcio Vero ter tido precedência sobre Marco Aurélio. O segundo aspecto, porém, justifica o anterior, isto é, Lúcio tinha melhores pressupostos dinásticos. A *Vita Marci* e a *Vita Veri*, em contextos relacionados, marcam o rompimento do noivado de Marco Aurélio com Ceiónia Fábica, após a morte de Adriano, e o noivado de Lúcio com Faustina, respectivamente<sup>149</sup>. O que dá a entender que o jovem que Adriano tinha determinado para o suceder em segunda instância era Lúcio Vero, e não Marco Aurélio<sup>150</sup>.

As intenções de Adriano não podem ser inferidas do que supostamente fez, sobretudo tendo como base a *Historia Augusta*. Um relevo cravado na pedra descoberto em 1903, todavia, representa a família imperial de 138, entre a adopção de Antonino e a morte de Adriano. E este relevo mostra o jovem Lúcio Vero entre Antonino e Adriano, estando Pio acompanhado à esquerda por Marco Aurélio, e na direita a cabeça de uma rapariga que aparece sobre o ombro de Adriano, possivelmente Faustina. No meio e em cima da cabeça de Lúcio Vero, surge um ceptro, símbolo de majestade imperial, ficando claro que o propósito deste relevo era afirmar que o trono seria entregue a Lúcio Vero primordialmente, que, contudo, necessitava de um guardião, isto é, Antonino assistido

<sup>145</sup> Esta é a noção retirada apenas com a leitura da *Historia Augusta*.

<sup>146</sup> Dion Cass., LXIX, 17, 1; 20, 1; respectivamente.

<sup>147</sup> SHA, *Hadr.*, XXIII, 10 e ss; ideia parcialmente desenvolvida em *Hel.*, VI, 1e ss.

<sup>148</sup> Barnes, T. D., «Hadrian and Lucius Verus», *JRS* 57-1/2, 1967, 65-79.

<sup>149</sup> SHA, *Marc.*, VI, 2; *Ver.*, II, 3 (*Ael.*, VI, 9); e *Marc.*, VII, 2; *Ver.*, II, 3.

<sup>150</sup> Barnes, T. D., «Hadrian and Lucius Verus» *JRS* 57-1/2, 1967, 65-79.

por Marco Aurélio<sup>151</sup>. Este relevo pertence ao Arco ironicamente designado *Arco de Portugal*<sup>152</sup> e, à parte de muitas discussões e interpretações sobre a criança central, pode concluir-se que representa a *apotheosis* e *adlocutio*, na altura que Adriano perdeu os dois últimos membros da família imperial. Assumindo-se que a criança ao centro do relevo é Lúcio Vero, entende-se a sua *adlocutio*, num estabelecimento visual das intenções de Adriano<sup>153</sup>.

Por outro lado, a adopção de Marco Aurélio para ser governante não foi exclusivamente motivada pela sua pureza moral, para quem Adriano inventou o cognome superlativamente elogioso de *Verissimus*. Dez anos mais velho que seu irmão adoptivo, teve que respeitar mais a sua herança imperial do que a sua ligação de sangue. A *Historia Augusta*<sup>154</sup>, copiando de Aurélio Victor – «Após a morte de Élio César, convocou o Senado para eleger um novo César. Como os senadores corriam apressados, por acidente viu o velho Antonino que se movia lentamente [...]»<sup>155</sup> –, invoca que o móbil da adopção de Antonino por Adriano foi Marco Aurélio, o que de certa forma pode ser verdade se se analisar os antecedentes familiares de Aurélio [Apêndice 1].

A dinastia Antonina atingiu, desta forma, um novo pico e nobreza de aristocracia dentro das dinastias imperiais. E, nesta vertente e componentes de formação, é normal que se recorra ao tema da Idade do Ouro do Império, contribuindo o contexto familiar: a escolha brota do Sul da Hispânia e do Sul da Gália, combinando os seus recursos de vitalidade e energia. A maior parte dos habitantes de Narbona, contudo, derivam dos procônules da última fase da República. De facto, Nimes e Viena mostram precedência sobre as colónias Romanas, tal como Narborna ou Arles. À primeira vista, os quatro governantes Antoninos (Trajano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio) aparecem como hispânicos em preponderância. A *patria* de Trajano e Adriano (filho de uma prima do primeiro) era Itálica, que ficava no território hispânico, sendo esta a cidade de origem dos *Anii* (a ascendência paterna de Marco Aurélio); no fundo, as duas famílias provêm da mesma província. Alguns casamentos vantajosos não devem ser menosprezados, começando logo por Trajano que trouxe a sua mulher Pompeia Plotina de Nimes, como fará também Adriano. Com esta linha de ideias localizada

---

<sup>151</sup> *Idem, ibidem*, 65-79.

<sup>152</sup> Foi nomeado actualmente como *Arco de Portugal* porque supostamente inaugurava uma via Romana que terminava no actual território português.

<sup>153</sup> VanderLeest, J., «Hadrian, Lucius Verus, and the Arco di Portogallo» *Phoenix* 49-4, 1995, 319-330.

<sup>154</sup> SHA, *Pius.*, IV, 2: *dies senatus habebatur: [...] Antoninus soceri uestiga leuans uenit atque id circo ab Adriano dicitur adoptatus.*

<sup>155</sup> Aur. Vict., *De Caes.*, XIV, 10-11.

geograficamente, verificamos que Antonino Pio era de Nimes, duplamente pelos seus dois avôs, Aurélio Fulvo e Árrio Antonino (cada um cônsul pela segunda vez). E, finalmente, a avó materna de Marco Aurélio, Domícia Lucila, era uma grande herdeira da cidade de Narbona<sup>156</sup>. Lacour-Gayet, historiador especialista em Antonino, todavia, na sua tese sempre útil, refere que esta história edificante nunca foi real, ou seja, não passava de uma imaginação e de uma tentativa de justificação<sup>157</sup>.

Para se determinar e esclarecer a adopção de 25 de Fevereiro de 138, pode restabelecer-se o objectivo do princípio da sucessão hereditária do Império, aparecendo Antonino como um fiel comissário de um principado por avanço dado a Lúcio Vero e a Marco Aurélio: a Lúcio Vero, primeiro, porque era neto de Adriano e, em segundo lugar, a Marco Aurélio porque era neto de M. Ânio Vero, cunhado de Adriano, e que descendia em linha directa do pai de Trajano [Apêndice 1]. Junta-se assim os *Aelii* e os *Vlprii*, através do expediente provisório de Antonino<sup>158</sup>. A união destas famílias ilustres e importantes é mais uma razão para Antonino ter sido adoptado, o seu principado serviu como momento de congregação de forças. Juntando-se, ainda, os planos de casamento de Adriano para estes dois jovens, que, como já foi referido, foram invertidos após a sua morte<sup>159</sup>.

Ficou na tradição historiográfica a escolha primordial de Adriano em função de Marco Aurélio não só pelos seus antepassados, mas também por muitas regalias que o Imperador foi dando ao jovem<sup>160</sup>. Talvez estes favores também tenham sido dados para fortalecer os parentes e o estatuto social de Aurélio, a aliança dos dois aspectos. É Díon Cássio que evidencia o facto de Adriano ter apelidado Marco Aurélio de *Verissimus*, mas fá-lo para marcar a urgência de Antonino em adoptar Lúcio e Aurélio, podendo preferir o segundo por causa da sua sabedoria e idade, tudo conjugado no seu forte carácter: «E, embora tenha pressionado Antonino a adoptar os dois, preferiu Vero pelo seu parentesco e pela sua idade, pois já indicava um grande força de carácter. Isto conduziu Adriano a apelidar o jovem de *Verissimus*.»<sup>161</sup>.

---

<sup>156</sup> Syme, R., «Dynastic Marriages in the Roman Aristocracy» in *Roman Papers VI*, Oxford, 1991, 342-345.

<sup>157</sup> Lacour-Gayet, G., *Antonin le Pieux et son temps : Essai sur l'Histoire de l'Empire Romain au milieu du deuxième siècle*, Paris, 1888, 30.

<sup>158</sup> SHA, *Marc.*, V, 1: *eum [...] non idoneus utpote decem et octo annos agens, Marcus haberetur, [...] Antoninum Pium Hadrianus ea lege in adoptionem elegit ut sibi Marcum Pium adoptaret, ita tamen ut et Marcus sibi Lucium Commodum adoptaret.*

<sup>159</sup> Carcopino, J., «L'Hérédité Dynastique chez les Antonins» *REA* 51, 1949, 312-321.

<sup>160</sup> *Idem, ibidem*, 312-321.

<sup>161</sup> Dion Cass., LXIX, 21, 2.



Em suma, é Antonino que tem predilecção por Marco Aurélio, não Adriano, pois não podia apagar o facto de ser seu tio<sup>162</sup>. E Adriano obriga a adopção de Marco Aurélio tendo em consideração as suas características morais e os seus parentes revigorantes e influentes<sup>163</sup>. Sendo certo que foram os parentes de Marco Aurélio que lhe asseguraram as marcas de distinção logo muito cedo, foi-lhe dado aos seis anos o *equus publicus*<sup>164</sup>, uma honra excepcional, mas não sem precedente para um rapaz tão novo<sup>165</sup>. E, com apenas sete anos, Adriano fez dele um *salius Palatinus*<sup>166</sup>. Tais sinais de favor imperial eram fáceis de ser mostrados e podem não significar nada acerca das intenções de Adriano. Além de tudo isto que foi demonstrado até agora, a propaganda falsa da *Historia Augusta* volta a ofuscar a verdade sobre Adriano e Marco Aurélio referindo que o jovem foi trazido *in Hadriani gremio*<sup>167</sup>. Este facto é falso porque Marco Aurélio, desde muito cedo, deixou a sua vida em Roma<sup>168</sup>, e Adriano esteve quase sempre a viajar pelo Império<sup>169</sup>, excepto os anos de 125 a 128<sup>170</sup>.

### 2.3 Antonino, a ordem e a excelência da dinastia

Para recapitular: Marco Aurélio não foi o herdeiro escolhido por Adriano, tendo determinado Ceiónio para Imperador; e foi Antonino que deu precedência a Marco Aurélio, mantendo Lúcio Vero numa posição de inferioridade. Em 161, Marco Aurélio é saudado sozinho como imperador pelo exército e pelo senado.

Assiste-se, neste momento, a um golpe de força dinástico de um autocrata ou a um compromisso político bem calculado? As duas interpretações são inconciliáveis. Se Trajano não tivesse intervindo, a dinastia Antonina não teria sequer existido. A autoridade central cresceu mais forte durante todo este tempo. Na forma do seu exercício, na pessoa do Imperador, foi então tolerável pelos senadores, pois já tinham

---

<sup>162</sup> SHA, *Ver.*, II, 11 e ss.

<sup>163</sup> Barnes, T. D., «Hadrian and Lucius Verus» *JRS* 57-1/2, 1967, 65-79.

<sup>164</sup> Os cavaleiros recebiam dinheiro do Estado para comprar e alimentar um cavalo para o serviço militar.

<sup>165</sup> SHA, *Marc.*, IV, 1.

<sup>166</sup> SHA, *Marc.*, IV, 2. Marco Aurélio é exemplo único a respeito deste caso.

<sup>167</sup> SHA, *Marc.*, IV, 1.

<sup>168</sup> SHA, *Marc.*, I, 7 e 10; II, 1 e ss.; M. Aur., I, 4.

<sup>169</sup> SHA, *Hadr.*, III, 3, 5, 10 e ss.

<sup>170</sup> Barnes, T. D., «Hadrian and Lucius Verus» *JRS* 57-1/2, 1967, 65-79.

conhecido a essência de um tirano<sup>171</sup>. Assim, o dono do mundo e o seu grupo governante conviviam em harmonia, cada um observando a apropriação dos direitos e deveres do outro. O apaziguamento estabelece-se com os Antoninos, designado entre os vários autores como o «compromisso Antonino»; e, esta sim, é a razão base para se apelidar este período como a Idade de Ouro<sup>172</sup>. Surgem, assim, factores essenciais para o historiador sagaz e perspicaz, como Tácito, que atribuiu uma acção benéfica aos dois primeiros imperadores da dinastia Antonina, Nerva e Trajano como o início de uma das épocas mais felizes da História. Assume-se o Principado e a liberdade associados entre si, que, por seu lado, nascem da felicidade dos tempos e da segurança pública – duas alegorias retratadas até à dinastia seguinte, num sentido de continuação. É normal que exista esta associação, por mais contra-natura que seja, pois esta dinastia surgiu da antítese da tirania de Domiciano, que se considerava superior à legalidade, e de Nerva e seus sucessores, que seguem convenientemente as leis, para regar o poder adaptado da legislação vinda do Senado, pois quiseram sempre submeter-se à ordem comum<sup>173</sup>.

Estas ideias manifestam-se como um acordo de coexistência; visto, hoje em dia, como um acordo concluído entre o príncipe e a Alta Assembleia do Senado. Os imperadores concentram-se somente em respeitar os privilégios ancestrais dos membros da nobreza primordial: associam-se ao governo, tendo preferência ao apelo daqueles que podiam servir como conselheiros. Todos lhes mostravam um grande respeito, mesmo que todos, excepto Cómodo, tivessem vindo desses mesmos grupos sociais, ou seja, não nasceram com a cor púrpura. Por fim, num determinado momento, graças à adopção de Trajano, a questão sempre inquietante da sucessão ao trono é resolvida<sup>174</sup>.

Um problema continuava a subsistir: como é que esta rara felicidade era perpetuada? Os senadores tinham visto as dinastias inevitavelmente a caírem, sabia-se o fim para uma sucessão hereditária, por isso aplaudiram a adopção de Nerva por Trajano. Começou a ser visto como um método perfeito e ideal para providenciar a sucessão. Nenhum dos imperadores seguintes até Marco Aurélio foi abençoado com um filho do seu sangue. O produto da oportunidade e da infertilidade foi colocado num outro

---

<sup>171</sup> Wirszubski, M. A., *Libertas as a Political Idea at Rome during the Late Republic and Early Principate*, Cambridge, 1968, 124-171.

<sup>172</sup> Syme, R., «Antonine Government and Governing Class» in *Roman Papers V*, Oxford, 1988, 668-669.

<sup>173</sup> Wirszubski, M. A., *Libertas as a Political Idea at Rome during the Late Republic and Early Principate*, Cambridge, 1968, 124-171.

<sup>174</sup> Pflaum, H.-G., «Tendances Politiques et Administratives au IIe Siècle de Notre Ère» *REL* 43,1965, 112-121.

patamar. Todos estavam satisfeitos com o novo princípio e sistema de governo: a «monarquia adoptiva»<sup>175</sup>.

Antonino Pio não gostava de mudança, mobilidade ou movimento, preferia harmonia na rotina da administração. Este imperador pode parecer não só tranquilo, mas também tórpido. Enquanto Imperador, ficou todo o tempo em Roma, com pequenas viagens para os seus *resorts* suburbanos. Quando o poder era transmitido pacificamente, um governante limitava-se a seguir os passos do seu antecessor. No caso de Antonino Pio não há inovação que levantasse esperanças ou receios; práticas prévias absorviam o sistema. O *cursus* senatorial exibia então uma regularidade notável ao nível da promoção<sup>176</sup>. A *Historia Augusta* avança com uma regra precisa: Antonino, assim alega, mantinha os bons governadores em função de termos por sete a nove anos<sup>177</sup>. Se Antonino se comportou deste modo, foi uma má administração, sobretudo irresponsável por frustrar as ambições e por quebrar os sistemas de selecção e promoção<sup>178</sup>.

Antonino é sinónimo de *tranquillitas ordinis*, ao nível da administração, da legislação e da defesa da paz imperial – *Moenia Mundi*. Como resultado, quando a 7 de Março de 161, a vida de Pio chegou ao seu fim, após uma pequena doença, estava em aberto mais um via de sucessão pacífica. Cuidadosamente preparado para o império, como uma ilha rodeada por um lago calmo, Marco Aurélio tinha agora que continuar por si próprio, dando o devido crédito ao trabalho realizado pelo seu pai adoptivo e, acima de tudo, agradecer-lhe pelo seu exemplo<sup>179</sup> (por tê-lo posto como primeira escolha em função de Lúcio Vero).

Assim, compreenda-se que Adriano adoptou Antonino simplesmente como intermediário, acabando por ser também um apaziguador das forças sociais. Não se poderia prever que o seu principado durasse mais do que vinte anos (23 no seu total), sendo assim mais fácil manter-se com uma política de imobilismo. Aliás, seguiu bem a função para a qual tinha sido destacado: garantir o melhor para o verdadeiro sucessor de Adriano (neste caso, sucessores). Pio conhecia muito bem as receitas e as dívidas de todo o Império, a sua vontade e o seu objectivo era manter equilibrado o Império, sem precariedade e incertezas nas medidas políticas. Quis um equilíbrio generalizado na

---

<sup>175</sup> Syme, R., «Antonine Government and Governing Class» in *Roman Papers V*, Oxford, 1988, 669-672.

<sup>176</sup> Todas excepto uma, Dalmácia, que tinha uma guarnição legionária.

<sup>177</sup> SHA, *Pius*, IX, 2.

<sup>178</sup> Syme, R., «Antonine Government and Governing Class» in *Roman Papers V*, Oxford, 1988, 672-676.

<sup>179</sup> M. Aur., I, 16; VI, 30.

administração, tentando dividir igualmente o poder pela parte senatorial e pela parte equestre.

Bem visto, Antonino foi um imperador bem popular entre os mais altos senadores, acabando a dinastia por ganhar designação a partir do seu nome, tal como se fosse o primeiro representante. Foi sábio e constante, sério e forte, nobre e compreensivo, um homem que, também pela sua aparência, inspirava simpatia. Surge na tradição historiográfica, possivelmente de uma forma merecida, como um dos melhores imperadores; enquanto o seu principado, sem grandes sinais inquietantes, deixa uma memória predominantemente benéfica na recordação afectiva das suas práticas virtuosas<sup>180</sup>. Esteve sempre nas boas graças entre os Antigos, sobretudo entre os homens dos finais do século IV e inícios do século V d.C., que redigiram e leram a *Historia Augusta*. Estes homens designaram a dinastia Antonina com oito príncipes (Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Cómodo, Caracala e Geta; e depois Diadúmeno e Heliogábalos) e com os seus 84 anos de principado. Mesmo que possa parecer curiosa esta periodização, não é absurda de todo, pois, à parte dos problemas do ano 193 e de Pescênio Nigro e Clódio Albino (que não estavam interessados nas regiões limite do Império), a prosperidade das províncias, tanto no Ocidente como em África ou no Oriente, nunca foi tão grande, podendo assim ser um título justo para os Romanos que viram atingir o apogeu durante todo este período. E ainda, no interior desta dinastia, o principado de Antonino Pio representava um momento de extrema felicidade, tornando-se inútil julgar o imobilismo como se faz hoje em dia. Esta abdicação, esta resignação, que à primeira vista parece um indício de fraqueza, era considerada, na própria altura, como uma prova de que era um homem com uma grande bondade. O que se podia fazer? É claro que não se queria sair daquele estado de felicidade. Para guardar, para perpetuar este instante único, era melhor ficar-se imóvel.

Os momentos que antecederam a morte de Antonino Pio mostram perfeitamente a essência íntima da época. O imobilismo parecia o único meio de manter aquele milagre de felicidade, mesmo que esse equilíbrio instantâneo pudesse ser quebrado com um mero gesto brusco, imprudente ou inconsciente. É um período como qualquer outro onde há a consciência dos grandes perigos que a ameaçavam. Esta impressão de estar condenado à imobilidade, de ser impedido de progredir com a pena de perder tudo, levou os homens deste tempo a desprezar o que poderiam vir a alcançar. O gosto dos

---

<sup>180</sup> Garzetti, A., *From Tiberio to the Antonines – A History of the Roman Empire*, London, 1974, 441-471.

Romanos pelas crenças que lhes ofereciam a esperança de um outro mundo melhor nunca até então tinham sido bem aceites. Adriano não poderia prever a longevidade excepcional do seu sucessor e as consequências desta demora para ver concluídos os seus desígnios. O Império, durante 23 longos anos, ficou-se pelo apanágio de um conservador puro como água, que, apesar de uma bondade e amenidade naturais, tinha uma certa desconfiança relativamente a grande mudanças. Desta forma, assiste-se a uma reacção muito sensível contra o cosmopolitismo de Adriano. Esta predilecção conjuga-se em matéria literária com uma vaga muito direccionada em favor de autores dos bons tempos da República, como Catão. No espírito unânime dos contemporâneos e dos seus posteriores, formou-se um Principado que parecia o mais feliz possível. Este juízo deve corresponder a uma visão revisitada da humanidade que desejava viver em paz. Verifica-se este estado de espírito nos elogios a Roma do retórico e sofista Élio Aristides<sup>181</sup>, e nas apreciações entusiásticas da *Historia Augusta*; é uma jóia de poder em estado de tranquilidade<sup>182</sup>.

Não foi fácil manter uma energia marcial activa, ou uma disciplina adequada, estando um exército condenado à inactividade durante longos anos. Quando Antonino morreu, tudo do passado governante caiu sobre os ombros de Marco Aurélio, mas este jovem nunca tinha visto uma província ou um exército. Contando ainda com o facto de que não havia boas lições para serem aprendidas da primeira época imperial. Os conselheiros, durante a dinastia Antonina, mostraram o seu ódio pelos anais de tirania e guerra civil; recusaram-se a ler historiadores consulares. Os primeiros anos da vida de Marco Aurélio foram logo um aviso, acabando por delegar a função de controlo do *limes* ao seu co-governante Lúcio Vero<sup>183</sup>.

De parte activa, não se pode deixar de referir que reinava um estado de paz. Nenhum inimigo de então ameaçava as fronteiras romanas. Havia internamente,

---

<sup>181</sup> Élio Aristides escreveu os seus hinos numa estrutura de quem escrevia uma biografia. O primeiro aspecto, por exemplo, é constituído por dados como pátria, família, nascimento, e educação, nos elogios de pessoas. Aristides louva aquilo em que vê um bem, o que faz na consciência não só dos seus heróis, como também dos grandes homens do seu tempo. É, assim, um discurso típico da segunda sofística, uma filosofia que reclama também para si o direito de intervir na formação de uma educação retórica, que prepara os jovens seguindo um modelo ou um imitação de exemplo. Esta educação é ministrada tendo como pano de fundo um momento histórico de paz interna do Império e de uma ordem social que permanece até aos últimos dias de Marco Aurélio. Esta ordem ou tranquilidade pode ter, por outro lado, efeitos negativos, nomeadamente de estagnação. O homem culto está «seguro» e «tranquilo», entregando-se à actividade oratória e ao ensino (o que pode ser fatal) – Viana, M. M., *Élio Aristides e o Discurso de Elogio. Tradução e Comentário do «Hino a Zeus» e do «Hino a Asclépio»*, Lisboa, 1997, 28-49.

<sup>182</sup> Pflaum, H.-G., «Tendances Politiques et Administratives au I<sup>er</sup> Siècle de Notre Ère» *REL* 43, 1965, 112-121.

<sup>183</sup> Syme, R., «Antonine Government and Governing Class» in *Roman Papers V*, Oxford, 1988, 672-676.

todavia, a possibilidade de tirania, um sentimento envolvente em Roma que tinha sido libertada do terror de Domiciano e viu a integração de provinciais continuamente nos quadros dirigentes. A administração imperial passa a ser mais convenientemente adaptada às suas necessidades; o poder dos libertos irresponsáveis vai caindo. E as fronteiras do império são desmesuradamente longas, alguns inimigos hereditários, como os Germanos, os Dácios, os Sármatas e os Partos, não foram definitivamente vencidos. Acima de tudo, a população romana e provincial não era suficientemente forte para fornecer os efectivos, estavam incapazes de resistir a um ataque simultâneo em duas frentes. Nesta situação, as opiniões não são numerosas, andam entre a escolha pelo movimento, pela estabilização ou pelo imobilismo. Estas três posturas ou soluções foram respectivamente adaptadas por Trajano, Adriano e Antonino Pio.

É neste ponto que repousa essencialmente o princípio administrativo dos Romanos que deriva do poder do cidadão: fosse qual fosse a sua origem racial, tinha os mesmos direitos, isto é, um princípio que até então não se tinha observado como neste imperador altamente social perante todos os súbditos. É também sobre este aspecto que se faz fundamentar certas medidas administrativas tipicamente adriânicas, com o seu duplo objectivo de provincializar a Itália por uma divisão própria em circunscrições judiciárias, e de romanizar as províncias através da criação de novas cidades, colónias e municípios.

A grande reforma administrativa reinscreve-se igualmente na mesma ordem de ideias. Bem entendida, não se fez uma generalização dos diferentes meios empregados por Domiciano e Trajano, a fim de organizar melhor o funcionamento da enorme máquina em que se tinha tornado o Império Romano no decorrer dos tempos. Manifesta-se, porém, da mesma forma uma evidente vontade de estabilização, que tende a manter e a garantir as posições avançadas e ocupadas pelos cavaleiros. Saliente-se que os dois partidos mais influentes e fiéis ao imperador, durante quase toda a dinastia Antonina, pertenciam à ordem equestre. Estas mesmas medidas, todavia, contribuíram também para fixar a hierarquia equestre numa ordem efectiva e imutável. A criação de diversas carreiras equestres com as suas próprias regras representa uma solidificação do sistema, que durará sem mudanças extremas ao longo de todo o Alto Império<sup>184</sup>. Naturalmente, o exército, fundamento de toda a política romana, não escapou a este esforço de estabilização: o recrutamento e a promoção de oficiais superiores e

---

<sup>184</sup> Eck, W., «The growth of administrative posts», in *The Cambridge Ancient History 11*, ed. A. K. Bowman, A. K., P. Garnsey & D. Rathbone, Cambridge, 2000, 238 sqq.

subalternos; a regulamentação dos homens; a deslocação das unidades em adaptação às necessidades da época; e o treino e o armamento modernizados e activos<sup>185</sup>.

Até então, na sucessão imperial, um imperador podia ser forte ou fraco, sábio ou louco. Uma grande questão subsiste: até onde o carácter de um homem pode determinar o destino dos acontecimentos? O senhor do mundo depende também dos seus ministros e conselheiros<sup>186</sup>. Alguns escritores antigos, não os mais subtis ou penetrantes, estavam familiarizados com a noção de qualidade daqueles *amici* que rodeavam o César, podendo importar mais as suas opiniões do que as do próprio imperador. Ou pode ser ainda o último reduto de defesa para os maus imperadores – ou, então, um argumento discreto para salientar os bons, ponto importante no decorrer desta dissertação<sup>187</sup>. Canonicamente, tanto Adriano como Trajano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Nerva constituem os «Bons Imperadores», os «Cinco Bons Imperadores»<sup>188</sup>. Sobre Adriano, pode dizer-se que o seu génio vasto e activo foi normalmente colocado em visões alargadas, e em pormenores da política cível. As paixões governativas da sua alma, contudo, eram a curiosidade e a vaidade. Acabaram por prevalecer estando relacionadas a diferentes objectivos inerentes a um homem que foi um excelente príncipe, um sofista ridículo e um «tirano» invejoso<sup>189</sup>. Pegando neste exemplo de Adriano<sup>190</sup>, pode verificar-se que a imagem positiva deste pequeno grupo de imperadores provém da *Historia Augusta*<sup>191</sup>. Para os seus leitores, a figura de Adriano foi uma combinação do melhor e do pior da monarquia. Como imperador, Adriano tanto representa uma agradável surpresa como algo ridículo. Para se colocar Adriano no início de um estudo que descreve dois séculos e governação imperial – para fazer de Adriano uma *origo imperatoris* – o autor pôde indicar sentimentos ambíguos<sup>192</sup>.

A composição da mais alta assembleia estava sempre a mudar. Novas famílias alcançavam o consulado através do mérito e favor imperial, formando uma nova

---

<sup>185</sup> Pflaum, H.-G., «Tendances Politiques et Administratives au I<sup>er</sup> Siècle de Notre Ère» *REL* 43, 1965, 112-121.

<sup>186</sup> Eck, W., «The emperor and his advisers», in *The Cambridge Ancient History 11*, ed. A. K. Bowman, A. K., P. Garnsey & D. Rathbone, Cambridge, 2000, 195 sqq.

<sup>187</sup> Syme, R., «Antonine Government and Governing Class» in *Roman Papers V*, Oxford, 1988, 676-679.

<sup>188</sup> Os termos de «Bons Imperadores» e os «Cinco Bons Imperadores» constituem um cânone estabelecido pela tradição historiográfica de forte cariz senatorial, isto é, ideias tradicionalistas da Antiguidade.

<sup>189</sup> Gibbon, E., *The Decline and Fall of Roman Empire*, New York, 1932.

<sup>190</sup> SHA, *Hadr.*, XIV, 11.

<sup>191</sup> Durante o discurso da *Historia Augusta*, Adriano é citado, todavia, positiva e negativamente. Quando as listas de bons imperadores surgem em outras biografias, o nome de Adriano só por vezes é que é citado – SHA, *Hel.*, I, 2.

<sup>192</sup> Meckler, M., «The Beginning of the “Historia Augusta”» *Historia* 45-3, 1996, 364-375.

*nobilitas* imperial. Os seus descendentes formavam a elite social, gozando de honra e reputação: cônsules por direito de nascimento, e por vezes, acabando como procônsules da Ásia e de África<sup>193</sup>. O facto importante é que a alta sociedade era, então, envolvida pelo pensamento e pelos modos de vida Gregos. Na verdade, os agentes mais poderosos no processo de construção desta dinastia tinham sido provinciais<sup>194</sup>, sendo possível aduzir uma promoção desta cultura em paralelo<sup>195</sup>.

A elite governamental era cosmopolita pelo hábito heterogéneo de origem. Quão bons eram aqueles homens? Alguns senadores durante a dinastia Antonina tomaram como bandeira a luta contra os «maus imperadores»<sup>196</sup>. A maior parte, porém, tomava esta postura como compromisso e pretexto de defender a *res publica*, fosse qual fosse o imperador do seu tempo. O resultado era bem-vindo, não havendo, ainda assim, nada contra o que ou por que lutar. Os governos considerados como bons e esperançosos podiam fornecer incentivo suficiente à virtude e energia generalizadas.

Esta dinastia de excelência é também fruto da sincronização da educação e dos interesses intelectuais. O renascimento do orgulho nacional grego encontra a sua expressão principal na eloquência sofista, os Romanos encorajaram-na. Havia, de facto, uma reversão dupla e paralela da tradição e do culto dos clássicos – o Romano tal como o Grego. Um exacerbamento do arcaísmo assegurou a exibição dos gostos de Adriano e dos preceitos literários de Cornélio Frontão. Reviveram-se as piedades tradicionais, e os homens reverteram com afeição aos rituais antigos. Mas qual era a verdadeira natureza destas convicções? Seguramente, nem sempre foram profundas ou sólidas. Não foram suficientemente fortes para bloquear a inovação dos cultos orientais ou repelir as seduções da teosofia<sup>197</sup>.

Quando uma dinastia se extingue, tudo acontece de uma forma demorada, é uma diagonal descendente que abarca todos os elementos da sociedade. É fácil encontrar explicações em várias épocas, e naturalmente em tempos recentes. A degeneração moral e a descrença religiosa tendem a ser elementos de incriminação. O que é natural. As noções são vagas e emocionais, apelam aos sentimentos de culpa e censura. Mas será

---

<sup>193</sup> Lambrechts, «La Composition du Sénat Romain de l'Accesion au Trône d'Hadrien à la Mort de Commode» *JRS* 27, 1936

<sup>194</sup> Potter, D., «The governing classes», in *Routledge History of the Ancient World - The Roman Empire at Bay*, London, 2004, 66 e sqq.

<sup>195</sup> Syme, R., «Antonine Government and Governing Class» in *Roman Papers V*, Oxford, 1988, 679-681.

<sup>196</sup> Cizek, E., *Structures et Idéologie dans «Les Viés des Douze Césars» de Suétone*, Paris, 1977, 18-198.

<sup>197</sup> Syme, R., «Antonine Government and Governing Class» in *Roman Papers V*, Oxford, 1988, 681-683.



que são válidas para a época dos Antoninos? Talvez o falhanço deva ser definido como uma falha de intelecto.

Estes homens não desertaram das vias antigas. Pelo contrário, reverteram-se à tradição com zelo e afeição. Eram sóbrios e piedosos; dedicados às coisas do pensamento e elevaram o estudo dos clássicos a uma religião e a um culto. Os senadores podem ter beneficiado de uma via de estudo com a pesquisa de escritores como Tucídides e Tácito<sup>198</sup>.

As alianças políticas, por menos surpreendentes que fossem para um imperador, provocam graves conflitos com a sua própria família e seus amigos mais íntimos, como aqueles que não chegaram a compreender as verdadeiras intenções de Adriano, sentindo-se maltratados e/ou frustrados. A razão de Estado, porém, sempre prevaleceu no espírito do príncipe, e este nunca hesitou um só instante a sacrificar-se em função dos seus partidários mais antigos. No mistério das transacções de sucessão que se verificou anteriormente, nunca se perde o objectivo supremo do imperador Adriano: perpetuar a linha política que ele tinha efectivamente inaugurado, no sentido de lhe ser susceptível assegurar a continuidade do Império.

A história do século II d.C. é crucial e pode sublinhar-se claramente uma Idade de Ouro, apogeu do Império, apesar da sua queda abrupta. Contemporâneos e os tempos seguintes regressaram constantemente a este tempo entre a morte de Trajano e ascensão de Antonino; onde, tanto no interior como no exterior, a paz estava assegurada; onde não se podia prever antecipadamente o que iria passar-se; e onde, graças à estabilização inaugurada por Adriano, o Império parecia ter alcançado o seu equilíbrio definitivo. Pouco importa, então, quanto tempo durou efectivamente, pois ficou como um tempo ideal, que ainda tenta ser mantido com a figura de Marco Aurélio. Pouco importa porque o espírito dos homens é assim negligenciado e deve sê-lo com as ameaças do que poderia vir. Há que enfrentar o destino porque não somos imortais e nenhum estado de sítio também<sup>199</sup>.

Em suma, a ideia de que uma ou duas gerações podiam reunir um exemplo único no alcance da felicidade é ainda excepcional e benéfico mesmo se esta reflexão seja difícil de se conseguir, ou jamais abandonar. Torna-se uma ideia optimista para sobreviver.

---

<sup>198</sup> *Idem, ibidem*, 688.

<sup>199</sup> Pflaum, H.-G., «Tendances Politiques et Administratives au IIe Siècle de Notre Ère» *REL* 43, 1965, 112-121.